

ELEIÇÕES 2024 PALANQUE DE OURO



Ouro em profusão. Alojamentos de garimpeiros em Vila Nova, no Pará: estado tem quatro cidades entre as que mais arrecadam com a atividade

# GARIMPO NO PODER

## COMO INVESTIGADOS POR EXPLORAÇÃO ILEGAL INFLUENCIAM AS ELEIÇÕES EM CIDADES DA AMAZÔNIA

O GLOBO PLUS

EDUARDO GONÇALVES E CRISTIANO MARIZ

Sob a luz de refletores improvisados na cabana de uma caminhonete, um grupo de cerca de 30 pessoas se reunia para tratar de eleições numa vila garimpeira instalada no coração da floresta amazônica, em Itaituba (PA), a 1.200 quilômetros da capital Belém, no dia 14 de setembro. Ao microfone, uma voz elevava o tom de cobrança a autoridades. “Já era para ter patrolado (nívelado) todas essas ruas. Era para ter caminhão-pipa bancado pela prefeitura, que tem recursos”, discursou Heverton Soares, conhecido como Grota. A faceta de líder comunitário, porém, esconde a real identidade do garimpeiro investigado pela Polícia Federal (PF) sob suspeita de ligações com o “narcogarimpo”, associação de facções criminosas com donos de mineradoras para lavar dinheiro do tráfico de drogas por meio da venda de ouro. O seu objetivo no ato político era pedir votos ao candidato a prefeito Ivan D’Almeida (Podemos), dono de garimpos e réu por exploração ilegal do minério.

O primeiro capítulo da série sobre as ligações do garimpo com a política, que compõe o lançamento do O GLOBO Plus — um agregador de conteúdos premium numa área exclusiva para assinantes no

site do jornal (veja mais na página 14) — mostra como o pequeno comício numa das regiões mais devastadas do Pará, acompanhado in loco pela reportagem, é um exemplo de como campanhas eleitorais e extração ilegal de ouro se unem rotineiramente no mesmo palanque na região. O resultado dessa parceria é uma relação simbiótica, em que os dois lados ganham.

Ao mesmo tempo em que tenta eleger um aliado como prefeito, Grota responde a processos em três estados por suspeitas de praticar crimes como tráfico de drogas, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Ao longo de nove meses em 2021, ficou foragido após ser alvo de uma operação da PF. A participação do empresário na campanha em Itaituba só tem sido possível porque a Justiça anulou um pedido de prisão contra ele após indefinição sobre quem irá julgá-lo. O caso hoje está sob análise do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Procurada, a defesa de Grota não quis comentar. Ele não consta como doador oficial das eleições. O candidato D’Almeida também não se manifestou.

Com status de megapreendedor na região do vale do Rio Tapajós, sudoeste do Pará, Grota é dono de garimpos, fazendas, haras, pistas de pouso e empresas de maquinário de extração mineral e peças de carro. Investigações citam 18 autorizações para explorar o ouro na região de Itaituba, onde as permissões, concedidas oficialmente pela Agência Nacional de Mineração (ANM),

dependem de aval dos políticos locais. Por essa razão, a disputa eleitoral na região é estratégica para garimpeiros.

O mesmo cenário se repete em campanhas em outras cidades do ouro da Amazônia. Ao longo de uma semana, a reportagem do GLOBO percorreu mais de 1.600 quilômetros pelo sudoeste do Pará para ouvir moradores, empresários e políticos nos municípios campeões em alertas de garimpo do país. A situação encontrada foi de candidaturas que usam

de multas ambientais à concessão de licenças para mineração como trunfo eleitoral.

Um dos casos mais notórios é o do garimpeiro Rodrigo Martins de Mello, o Rodrigo Cataratas, que tentou se eleger deputado federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabo eleitoral de Brunna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima.

Dono de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleito-

ral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal por ligação com a exploração irregular de ouro em Roraima. Em um deles, Brunna também é ré. Procurada, a defesa de Cataratas afirma que sua “atividade garimpeira sempre foi legal, com licenças ativas e em terras permitidas”. A candidata não comentou.

Em postagens nas redes sociais, o garimpeiro afirma que, caso eleita, a irmã “dará voz aos garimpeiros” na Câmara Municipal da capital de Roraima. A maioria dos garimpos é irregular no estado, que tem 46% do seu território demarcado como áreas de preservação.

— Hoje não tem um representante da classe garimpeira. Não tem deputado federal, estadual, governador, nenhum prefeito. Precisamos urgentemente disso para desenvolver a nossa economia — afirmou Brunna em um evento de campanha ao lado do irmão, Cataratas, na semana passada.

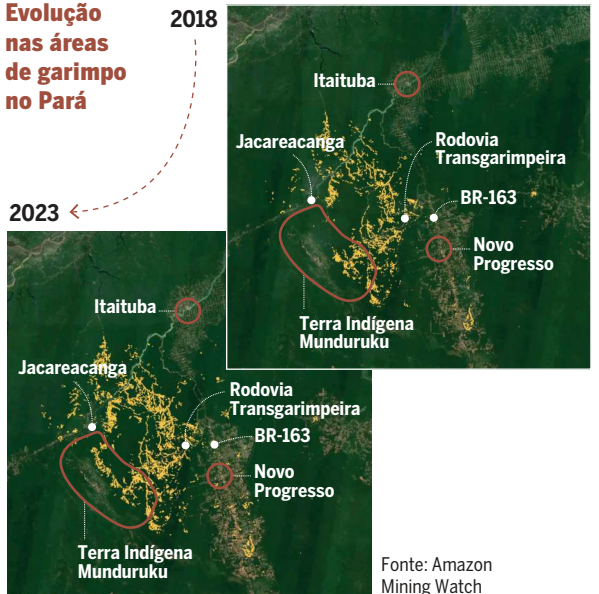
### DOAÇÕES NA MIRA DA PF

A relação entre alvos de investigações e políticos da região, contudo, vai além de declarações de apoio. Segundo a PF, doações eleitorais feitas em 2020 a candidatos de Novo Progresso (PA), vizinha a Itaituba, foram usadas para lavar dinheiro da extração ilegal.

O principal alvo do inquérito em curso é Marcio Macedo Sobrinho, dono de mineradora que chegou a ficar preso por 22 dias em 2022. A PF identificou que uma empresa dele movimentou R\$ 29,4 milhões em contas ligadas a Ubiraci Soares Silva (União Brasil), o Macarrão, que foi prefeito até 2020 de Novo Progresso e nas eleições atuais mira voltar ao poder municipal como candidato a vice.

Além dos repasses para o ex-prefeito, a PF aponta que Macedo Sobrinho doou R\$ 67 mil nas eleições de 2020 a um candidato a prefeito e a

### O CAMINHO FEITO PELA REPORTAGEM DO GLOBO



### Financiamento de campanha

Relatório da PF aponta indícios de que dono de mineradora fez doações eleitorais a candidatos para obter licenças ambientais para garimpo na região do Tapajós

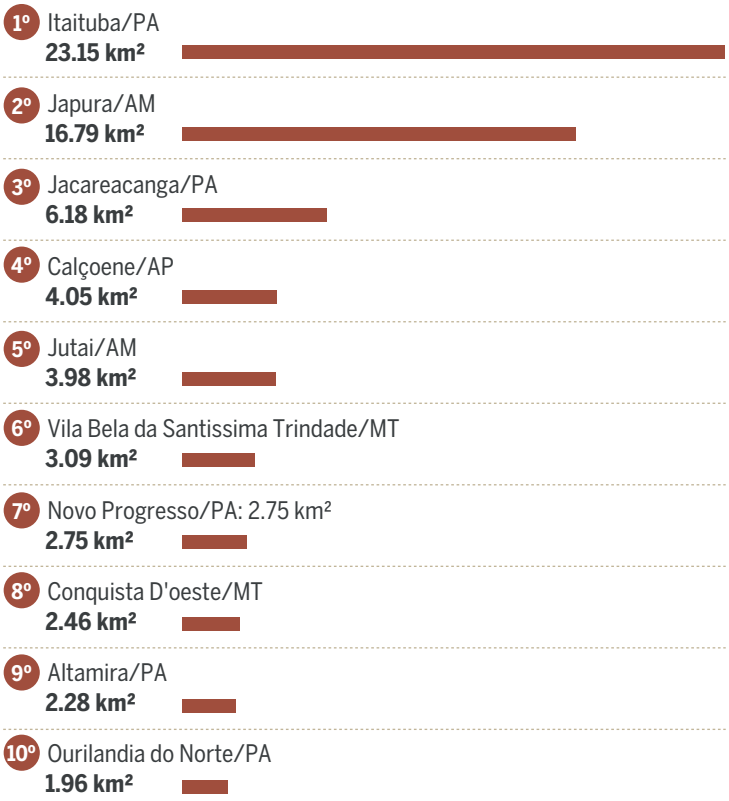
Foram apontadas doações de campanha no ano de 2020 para diversos candidatos no Município de Novo Progresso/PA, onde possui a grande maioria dos seus empreendimentos, gerando indícios de financiamento de campanha para posterior obtenção de benefícios ilícitos, tal como a própria aprovação das licenças requeridas, destacando-se uma doação de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) ao candidato a Prefeito não eleito.

indícios de financiamento de campanha para posterior obtenção de benefícios ilícitos.

EDITORIA DE ARTE

### RECORDISTAS DE EXTRAÇÃO

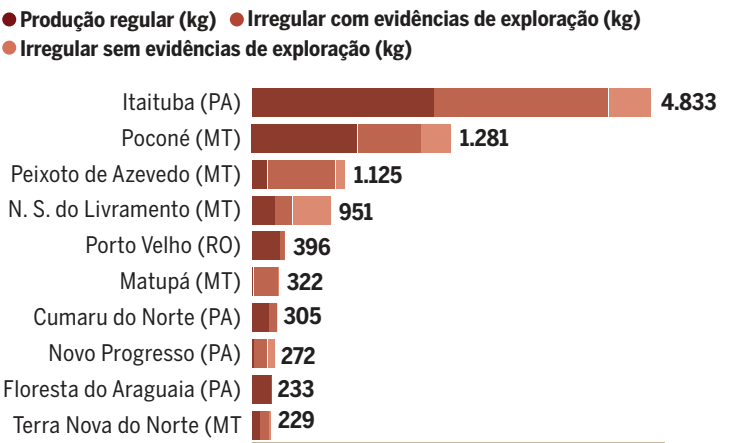
Metade das localidades com o maior número de alertas de garimpo no último ano fica no Pará



Fonte: Sistema Deter/Inpe, de agosto de 2023 a agosto de 2024

### OURO ILEGAL

No ranking dos dez municípios que mais arrecadam com garimpo, quatro são no Pará



Fonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

EDITORIA DE ARTE



A extração como rotina. Acima, homem peneira para obter as pedras preciosas; no meio, a candidata Brunna Cataratas, cujo irmão é réu por exploração ilegal; abaixo, Heverton Soares, o Grota, investigado por ligação com o “narcogarimpo”



DIVULGAÇÃO



REPRODUÇÃO

outros seis postulantes a vereador com o suposto intuito de obter licenças ambientais para explorar ouro na região.

“Foram apontadas doações de campanha no ano de 2020 para diversos candidatos no município de Novo Progresso (PA), onde possui a grande maioria dos seus empreendimentos, gerando indícios de financiamento de campanha para posterior obtenção de benefícios ilícitos, tal como a própria aprovação das licenças requeridas”, pontua o relatório da investigação.

A defesa do dono de mineradora diz que as doações eleitorais foram feitas “dentro da lei” e que as investigações ainda não terminaram. “(A empresa de Macedo Sobrinho) nunca fez lavagem de dinheiro, sendo precipitadas as afirmações da Polícia Federal nesse sentido”, sustenta a nota. Procurada, Macarrão, que também foi alvo da PF, não se manifestou.

A ligação de Macarrão, o ex-prefeito candidato a vice de Novo Progresso (PA), com empresários do garimpo inclui outro alvo da PF. O principal doador de sua campanha em 2020 foi Direceu Santos Frederico, dono de uma empresa de comércio de ouro e mineradora na cidade que repassou R\$ 90 mil para a sua candidatura.

Frederico, que foi diretor da Associação dos Mineradores do Alto Tapajós (Amot) e secretário municipal de Meio Ambiente de Itaituba, chegou a ser preso por cinco dias em setembro de 2022 sob suspeita de comprar ouro extraído de áreas protegidas da Amazônia.

Meses antes, a PF havia interceptado um carregamento avaliado em R\$ 23 milhões em barras do minério que pertenciam à sua empresa. Na ocasião, Frederico afirmou que a carga tinha origem legal.

Uma ação civil pública também aponta suspeitas de utilização de garimpos fantasmas por Frederico para “esquestrar” ouro retirado de reservas ambientais. Procurado, o empresário não respondeu. No processo, a defesa dele alegou que a empresa nunca teve conhecimento de que o ouro adquirido tinha envolvimento com atividades ilícitas e que todas as transações foram rigorosamente registradas na contabilidade.

### ‘QUE VENÇA O MELHOR’

O maior doador eleitoral ligado ao garimpo nos últimos anos é Valdeir Mauro de Souza, conhecido como Nei Garimpeiro, apelido que ganhou na época que retirava ouro do subsolo do Rio Tapajós com bateia e picareta. Em 2020, ele enviou R\$ 200 mil para reeleger Valmir Climaco (MDB), o atual prefeito de Itaituba, onde o empresário possui uma licença para explorar ouro e autorizações para pesquisar a existência do minério.

Nei Garimpeiro também doou R\$ 100 mil à reeleição de Jair Bolsonaro (PL) em 2022. No caso do ex-presidente, o apoio extrapolou o financiamento de campanha e lhe rendeu uma ação na Justiça do Trabalho por assédio eleitoral a funcionários de suas empresas — uma delas chegou a ser obrigada, na ocasião,

ase abster de tentar influenciar o voto dos empregados. O magistrado também estipulou uma multa de R\$ 10 mil se a pressão continuasse.

A exemplo de outros empresários do garimpo que financiaram campanhas eleitorais, Nei Garimpeiro é alvo de uma investigação da PF. Ele é suspeito de ser beneficiário de um suposto esquema de contrabando de mercúrio de países como México, Bolívia e China. O produto, considerado essencial para a extração do ouro, tem a comercialização controlada no Brasil pelo seu alto grau de toxicidade.

O empresário foi alvo de mandados de busca e apreensão em dezembro de 2022, após comprar uma grande quantidade do produto trazida ao país de forma clandestina. Ele diz que não sabia das irregularidades da fornecedora e que a compra foi realizada com autorização do Ibama e da PF. O mandado foi posteriormente anulado pelo Tribunal Regional Federal.

Sob a mira da PF, Nei Garimpeiro decidiu ficar longe da política neste ano e disse que, desta vez, não se envolverá com campanhas na cidade onde possui garimpos. — Conheço os dois candidatos (de Itaituba) e não participarei do processo eleitoral, nem com apoio, nem com doações. Torço para que vença o melhor — afirmou ele.

A “CIDADE PEPITA” Chamada de “Cidade Pepita”, Itaituba é a origem de 41% do ouro ilegal do território brasileiro, segundo

um estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A relação entre o minério e a política pode ser observada logo na sede da prefeitura, instalada ao lado de uma cooperativa de garimpeiros, um posto de compra e venda do metal precioso e uma empresa de táxi aéreo. Os dois primeiros estabelecimentos, porém, estão atualmente fechados em razão de operações da PF por suspeita de crime ambiental.

Os dois principais monumentos da cidade são a estátua de um garimpeiro com sua bateia (utensílio usado para mineração) e um pequeno avião usado na década de 1980 para se chegar às áreas de garimpo. As ruas levam nomes de garimpeiros históricos — como o de Wagner Domingues, o “Pai Velho” — e os açougues, padarias e farmácias homenageiam a principal fonte de renda do município: Boi de Ouro, Pão de Ouro e Ouro Farma. O plenário da Câmara Municipal exibe um grande painel com a imagem de um garimpeiro e o hino oficial canta na estrofe “os garimpos, as praias, a fonte”.

Itaituba responde, sozinha, por 30% de todas as permissões de lavra garimpeira (PLGs) do país — a autorização oficial para que um garimpeiro possa escavar o subsolo em busca do metal precioso. A proliferação dessas licenças, que alçou a cidade ao topo da exploração do ouro no país, tem sido alvo da PF e do Ministério Público Federal.

Uma das responsáveis pelas investigações, a procuradora Thaís Medeiros aponta que o modelo em que cabe ao prefeito autorizar novas áreas de mineração é “frágil”, pois vinha sendo utilizado para “legalizar” o ouro extraído de reservas indígenas e unidades de conservação da Amazônia.

— O licenciamento pelas prefeituras dificulta a fiscalização de órgãos ambientais. E há uma possibilidade de isso estar sendo utilizado como mecanismo de ganho político, porque nos municípios do Pará a atividade de mineração e garimpagem é a principal fonte de renda para grupos econômicos — explica Medeiros.

A expansão de licenças de exploração de ouro em Itaituba é atribuída ao atual prefeito, o garimpeiro Valmir Climaco (MDB), que, em seu terceiro mandato à frente de Itaituba, já declarou ter liberado de 400 a 500 áreas de mineração na cidade.

Climaco já foi processado por extrair ouro de garimpo irregular na Amazônia. A Justiça Federal decidiu suspender a ação, em 2022, depois que o prefeito aceitou pagar uma multa de R\$ 40 mil. Em outro caso, foi condenado a 4 anos e 9 meses de prisão em 2019 por desmatar área de preservação na mesma região. Ele nega irregularidades e afirma que, atualmente, só atua em locais legalizados.

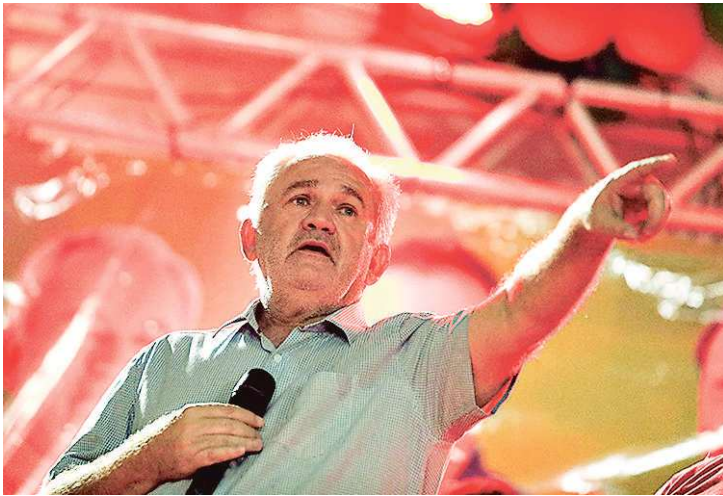
Em busca de tentar emplacar como sucessor o seu vice, Nicodemus Aguiar (MDB), Climaco tem recorrido ao apoio de garimpeiros da região. No último dia 5 de setembro, ele participou de um evento na sede de uma das maiores cooperativas de exploradores de ouro da cidade. Ao falar com eleitores, comparou a busca por votos a de riquezas: — Quanto mais se tem, mais se quer.



ELEIÇÕES 2024 PALANQUE DE OURO



Busca do ouro. Garimpeiro caminha pelas estradas de Vila Nova, vila localizada na Transgarimpeira, no Pará: estado concentra candidatos ligados à extração



Pedras em pauta. Prefeito Valmir Climaco (MDB) tenta emplacar sucessor



Família. Filho de comerciante do garimpo, Wescley Tomaz (Avante) concorre

# ‘Aqui, ser chamado de desmatador ganha voto. Multa do Ibama dá voto’

Eleição tem alta com 101 candidatos ligados ao garimpo, 1/5 no Sudoeste do Pará, onde ser alvo de órgão ambiental é trunfo



EDUARDO GONÇALVES E  
CRISTIANO MARIZ  
politica@oglobo.com.br  
ITAITUBA (PA)

“Esse o povo aprovou, a voz dos garimpeiros”, anunciava o jingle na entrada da sede de uma das maiores cooperativas de exploradores de ouro de Itaituba (PA), a 1.200 quilômetros de Belém. O local, decorado com bandeira do PT e bexigas vermelhas, foi escolhido por um candidato a vereador ligado à categoria para fazer campanha e pedir votos para o sucessor do atual prefeito, Valmir Climaco (MDB), dono de minas na região. “Quero ser parceiro de vocês”, discursou o emedebista em 5 de setembro. Do outro lado do município, no dia seguinte, um telão improvisado na principal rua de compra e venda do metal precioso exibia imagens de obras numa comunidade instalada numa área de extração do minério. As melhorias eram reivindicadas pelo postulante a prefeito Wescley Tomaz (Avante), filho de comerciantes do garimpo. “Esse governo abandonou os garimpeiros. O resultado disso é que estão passando fome”, falou em cima do palanque. Embora em lados opostos das eleições, os dois estão unidos pelo mesmo pro-

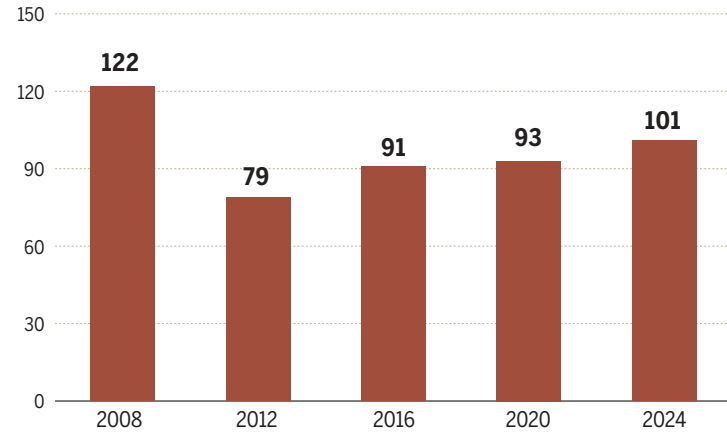
pósito que vai além da coloração partidária: chegar ao poder municipal e expandir a influência do garimpo numa das áreas mais devastadas da região amazônica. Quem ganhar as eleições em Itaituba poderá conceder permissões para explorar ouro na região. Essa autorização é de responsabilidade da Agência Nacional de Mineração (ANM), mas no Pará depende de licença prévia emitida pelas prefeituras — nas demais federações, é o governo estadual quem dá esse aval prévio. Líder do ranking de alertas de garimpo, Itaituba virou um retrato de como candidatos ligados à exploração de minérios continuam avançando nas eleições. Segundo levantamento do GLOBO com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da agência de mineração, 101 nomes vão tentar se eleger prefeito, vice ou vereador em outubro. A quantidade supera até mesmo 2020, quando, impulsionados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, um defensor do garimpo em áreas de proteção ambiental, 93 nomes ligados à atividade concorreram. Um quinto das candidaturas deste ano se concentra em três cidades no Sudoeste do Pará: Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso. Todas elas figuram na lista dos dez municípios com mais alertas de garimpo registrados

no ano passado. Nessas cidades do ouro da região, ser alvo de um órgão ambiental também é visto como trunfo eleitoral por políticos ligados ao garimpo. O prefeito de Novo Progresso, Gelson Dill (MDB), por exemplo, atribui a sua eleição em 2020, em parte, a uma multa ambiental que recebeu do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) na campanha. Empresário do ramo de madeira, o emedebista foi autuado por ter desmatado uma área de 174,5 hectares. A multa aplicada na época era de R\$ 4 milhões. — Se chegar alguém aqui batendo: “O prefeito é um desmatador”, ganha voto. Tomou uma multa do Ibama, já ganha voto — disse Dill, que busca a reeleição neste ano. — Foi uma grande cartada para mim. E eu ainda recorri da multa e venci — acrescentou. Vizinha de Itaituba, Novo Progresso tem 33 mil habitantes e sintetiza os problemas atuais da Amazônia: desenvolveu-se a partir da descoberta do ouro no Rio Tapajós e ficou nacionalmente conhecido a partir do “Dia do Fogo”, quando fazendeiros se organizaram para abrir pasto com incêndios florestais. Hoje, o município enfrenta um impasse na Justiça para desalojar centenas de grileiros da Floresta Nacional do Jamanxim — a unidade de conservação mais desmatada da Amazônia.

Em busca de agradar aos garimpeiros, prefeitos e candidatos prometem ou oferecem obras em áreas de proteção. Em São Félix do Xingu, cidade de 65,4 mil habitantes a 985 quilômetros de Belém, o prefeito João Cléber (MDB), candidato à reeleição, foi alvo de

## CANDIDATOS DO GARIMPO

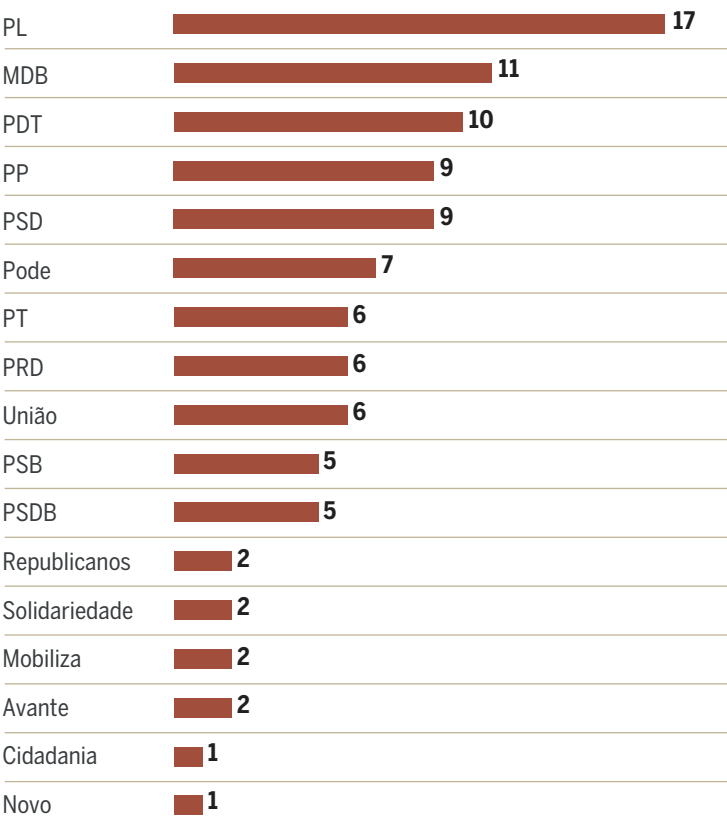
Número de nomes ligados à atividade garimpeira nas eleições é o maior em 14 anos



Obs: Inclui candidatos que se declaram garimpeiros na ocupação, no nome de uma ou possuem lavras garimpeiras  
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Agência Nacional de Mineração (ANM)

## POR PARTIDO

PL é a legenda que concentra o maior número de candidatos ligados ao garimpo



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

EDITORIA DE ARTE

uma ação civil pública do Ministério Público Federal no ano passado por usar recursos públicos para reformar uma estrada clandestina dentro da Terra Indígena Apyterewa — uma das mais desmatadas da Amazônia. As obras, segundo a investigação, tinham o objetivo de dar apoio a invasores que abriram áreas de garimpo na área de preservação e criamgado na reserva. O prefeito afirmou ter recebido autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai) para realizar a obra sob o pretexto que também atenderia os indígenas. O Ministério Público Federal, contudo, argumenta que a via levava à fazenda de um dos invasores. Além do prefeito, o diretor da autarquia federal que deu aval à obra foi denunciado na ação.

— Tem vários distritos e vilas ali dentro. Todo ano era feito o patrolamento (o nivelamento da estrada de terra com máquina de terraplanagem, tornando-a própria para a circulação de veículos), porque ali tinha muitas famílias e precisava de uma estrutura da saúde e educação — afirmou Cleber.

## ÁREAS PRESERVADAS

Nestas eleições municipais, também está em jogo nas cidades do ouro uma disputa pela exploração do metal precioso em áreas de proteção ambiental. Em Jacareacanga, município de 24 mil habitantes, a 1.640 quilômetros de Belém, o comando da prefeitura é cobiçado por duas candidaturas integridas por indígenas mundurukus, etnia cujo território cerca o município.

O povo munduruku, que domina a cidade, está dividido entre os que apoiam a extração de ouro nas suas terras e os que são contra. Na hora de escolher o prefeito, no entanto, não há divergência no tema. O atual prefeito, Sebastião Aurivaldo Pereira Silva (MDB), o Valdo do Posto, tem como principal cabo eleitoral o seu vice, o indígena Valmar Kaba, filiado ao PT. A chapa também conta com o apoio da Rede, da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Em 2022, Kaba foi condenado a quatro anos de prisão em regime semiaberto por liderar um protesto violento contra agentes da Polícia Federal que faziam uma operação, a Mundurukânia, contra o garimpo ilegal na região — dois policiais foram feridos com o lançamento de pedras, rojões e pedaços de pau. Na época, ele chegou a ser preso e afastado do cargo temporariamente. Depois, retomou o posto e agora disputa a reeleição. Procurado, ele não quis se pronunciar sobre a condenação. O outro candidato é o presidente da Câmara Municipal, Giovanni Kaba Munduruku (União Brasil), que antes de se tornar vereador era garimpeiro. A exemplo do seu adversário na disputa, a promessa é atuar para que a exploração do ouro nas áreas indígenas, hoje proibidas, sejam autorizadas. A lógica do ilegal que pode vir a se tornar legal domina o discurso político na Amazônia e se relaciona com a forma de ocupação pela qual passou a região. O professor Maurício Torres, da Universidade Federal do Pará, explica que o uso das terras públicas na linha do “dono é quem desmata” foi a marca de políticas partir da segunda metade do século passado. Essa prática continua a gerar efeitos. Nesses locais, a exploração avança sobre as instituições. — O garimpo se tornou tão hegemônico na região que ele virou praticamente sinônimo do poder político e econômico. É difícil achar um político que não tenha algum tipo de ligação a isso por lá — afirmou ele. — Há um sistema de exploração do ouro no país em que a ilegalidade produz a lei e a própria lei produz um novo ciclo de ilegalidade.





ELEIÇÕES 2024

PALANQUE DE OURO



EDUARDO GONÇALVES E  
CRISTIANO MARIZ  
politica@oglobo.com.br  
ITAITUBA (PA)

A 400 quilômetros da cida-  
de mais próxima, os cerca  
de cem moradores da comu-  
nidade de Vila Nova, formada  
ao redor de áreas de garimpo  
no sudoeste do Pará, convi-  
vem com esgoto a céu aberto,  
sem energia elétrica e nem  
água encanada. A realidade  
da superfície contrasta com a  
riqueza encontrada no subso-  
lo de uma das regiões de onde  
sai a maior quantidade de ou-  
ro no país. “O ouro foi bem ex-  
plorado, mas não fica aqui.  
Vai para o barãozinho lá fora”, la-  
menta Antônia Ferreira Mou-  
rão, de 65 anos, que vive há  
quase duas décadas no local.

O contraste da riqueza pro-  
porcionada pelo ouro com a  
pobreza das vilas garimpeiras  
pode ser visto por todos os la-  
dos — e virou tema de camp-  
anha nestas eleições municí-  
pais. Na sua área urbana, Ita-  
tuba reúne mais de 50 lojas de  
compra e venda de ouro, joa-  
lherias e de artigos importados.  
Caminhonetes 4x4 e as  
escavadeiras são veículos qua-  
se onipresentes nas ruas —  
muitos deles com adesivo  
“100% garimpeiro”. Já nas de-  
zenas de comunidades forma-  
das nas margens da rodo-  
via Transgarimpeira, uma ar-  
téria da BR-163 que corta  
áreas de preservação ambien-  
tal até acabar na beira do Rio  
Tapajós, a população forma fi-  
las para encher galões com  
água potável e carece de servi-  
ços básicos como atendimen-  
to de saúde e educação.

O candidato a prefeito Wes-  
cley Tomaz (Avante), que  
cresceu numa dessas comu-  
nidades, afirma que situação  
na região só irá melhorar  
quando os atuais garimpos fo-  
rem legalizados e a população  
tiver alternativas econômi-  
cas. Em sua campanha, ele  
defende aproveitar áreas de-  
gradadas com outras formas  
de exploração da terra e do rio.

— Nós vamos substituir o  
garimpo por uma plantação  
de cacau, de açaí, questão da  
piscicultura (criação de pei-  
xes) e outras atividades que  
também vão gerar emprego  
e renda para o nosso povo —  
afirmou o candidato.

Segundo Rogério Lima,  
presidente da associação de  
moradores de Vila Nova, o vo-  
to nos candidatos ligados ao  
garimpo é a última esperança  
de que as condições de vida na  
região possam melhorar.

— Aqui na região os políticos  
mentem muito. Se eles (candi-  
datos do garimpo) não fazem  
muito, pelo menos fazem um  
pouquinho — afirmou Lima,  
que também é garimpeiro.

Apesar de Itaituba ser o mu-  
nicípio que mais arrecadou  
impostos com a produção do  
minério nos últimos anos —  
R\$ 350 milhões desde 2018,  
segundo a Agência Nacional  
de Mineração (ANM) —, os  
números não refletem essa  
pujança. No local, 64% da po-  
pulação vive abaixo da linha  
de pobreza, com renda fami-  
liar per capita de até R\$ 218 por  
mês, e 43% dos habitantes re-  
cebem Bolsa Família.

ASFALTO E REPRESSÃO

O primeiro asfalto na região  
garimpeira começou a che-  
gar apenas neste ano na Ave-  
nida do Ouro, no distrito de  
Moraes Almeida, em Itaitu-  
ba, considerado a porta de  
entrada da área onde há a  
maior concentração de ga-  
rimpos. Constituído por



Área de garimpeiros.  
Morador atravessa ponte de  
madeira em Vila Nova: falta  
de saneamento

# Eleição em cidade do ouro evidencia contrastes de vilas de garimpeiros

Em busca de votos, candidatos defendem da legalização de  
áreas à transformação de locais degradados em plantações



Vilas desiguais. Casal conversa em frente a restaurante de Itaituba, cidade do ouro que cresceu às margens da BR-163

A POPULAÇÃO  
E O GARIMPO

Índices do  
município de  
Itaituba evidenciam  
dependência da  
população de  
programas sociais  
e do garimpo

Fontes: CadÚnico  
(Ministério do  
Desenvolvimento  
Social), IBGE e  
prefeitura de  
Itaituba (PA)

70% da economia da cidade gira em torno da atividade garimpeira, desde estabelecimentos que negociam ouro à venda de combustível para escavadeiras

64% da população vive abaixo da linha de pobreza, com renda familiar per capita de até R\$ 218 por mês

43% dos habitantes recebem Bolsa Família, que paga um valor mínimo de R\$ 600 por família

18% é o percentual da população que tem alguma ocupação, formal ou informal

4,44% dos domicílios possuem ligação à rede de esgoto

EDITORIA DE ARTE



Alerta. O garimpeiro Francenildo diz nunca ter visto uma seca como a atual

mais de uma dezena de caba-  
rés, madeiras e lojas que  
vendem armas de caça e arti-  
gos de garimpo, o local em-  
poeirado parece saído de um  
filme de faroeste. É ali onde  
os candidatos chegam para  
os comícios, já que o acesso  
aos vilarejos é mais remoto.

O projeto de asfaltamento  
de Moraes Almeida é uma das  
vitrides do atual prefeito, Val-  
mir Climaco (MDB), para  
eleger o seu sucessor, o vice  
Nicodemos Aguiar (MDB).  
Mais do que as melhorias na  
infraestrutura, contudo, o po-

voo da Transgarimpeira es-  
tá preocupado com a paralisia  
atual dos garimpos em razão  
de operações do governo fe-  
deral na região.

— Todo esse tempo aqui,  
nunca tinha visto duas coisas  
nessa região: tudo paralisado  
como agora, e uma seca des-  
sas — diz o garimpeiro Fran-  
cenildo Aparecido dos San-  
tos, de 75 anos, que passou  
cinco décadas “cavando bura-  
co no chão e rolando de um la-  
do para o outro” atrás de ouro.

A exemplo de Francenil-  
do, Maria da Luz, dona de  
uma vendinha na comuni-  
dade de Vila Nova, já faz pla-  
nos para se mudar da área.

— A gente não mora aqui  
porque quer. Vimos para ga-  
nhar o pão de cada dia traba-  
lhando nos garimpos, por-  
que tinha uma renda melhor  
do que na cidade. Aqui nin-  
guém trabalha de roça, nem  
tem vaca leiteira, a sobrevi-  
vência é toda do garimpo.

‘BAMBURRADOS’

A possibilidade de “baburrar”  
(enriquecer com o garimpo,  
na gíria local) leva muitas pes-  
soas a se embrenhar na selva  
em busca de uma pepita. Co-  
mo muitos pagamentos na re-  
gião são feitos em ouro, o custo  
de vida é alto se comparado a  
outros municípios amazôni-  
cos. Dona de uma lanchonete  
na área urbana da cidade, So-  
raia Paschoal afirma que, mui-  
tas vezes, tem dificuldade de  
contratar uma auxiliar para a  
cozinha por dois salários míni-  
mos, pois no garimpo elas cos-  
tumam ser remuneradas com  
30 gramas de ouro mensais. Is-  
so equivale a R\$ 10 mil.

— É difícil de competir.  
Elas acabam preferindo ficar  
no meio do mato, longe da fa-  
mília, do que ganhar menos  
na cidade — disse ela.

Das últimas seis eleições  
em Itaituba, cinco delas fo-  
ram vencidas por candidatos  
ligados ao garimpo do ouro.  
Um dos mais populares foi  
Wirland Freire, prefeito de  
1993 a 1996, numa época em  
que ainda não havia reelei-  
ção, e que voltou ao comando  
da cidade em 2001. Freire foi  
um dos principais fornece-  
dores de combustível da regi-  
ão, responsável por abastecer  
máquinas que atuavam nos  
garimpos em torno das rodo-  
vias Transgarimpeira e da  
BR-163, que liga Santarém  
(PA) a Cuiabá (MT). Morto  
em 2002, seu nome batiza o  
aeroporto da cidade.

O atual mandatário, Clima-  
co, por sua vez, está em seu

terceiro mandato na prefetu-  
ra. Nascido no Ceará, ele mi-  
grou para Itaituba, onde se  
tornou comerciante de arti-  
gos de garimpo e virou um dos  
principais donos de áreas de  
extração de ouro na cidade.

O cientista político Carlos  
Augusto da Silva Souza, pro-  
fessor da Universidade Fede-  
ral do Pará, avalia que a defe-  
sa do garimpo nessas regiões  
tem um “peso importante”  
na decisão do voto. Para ele,  
há uma percepção de que, se  
a atividade for interrompida,  
não haverá alternativas.

— O que mobiliza o eleito-  
rado nesses locais é justamen-  
te a geração de trabalho e ren-  
da. E eles veem essa pauta am-  
biental como uma afronta aos  
interesses do lugar onde eles  
moram — disse Souza.

Para Larissa Rodrigues, di-  
retora do Instituto Escolhas,  
associação que desenvolve  
pesquisas na área de susten-  
tabilidade, as prefeituras des-  
sas cidades deveriam usar os  
recursos da exploração do  
ouro para incentivar outros  
setores da economia a gerar  
emprego e renda,

— Estudos mostram que a  
atividade garimpeira não  
deixa impactos positivos no  
que importa para a popula-  
ção, como saúde e educa-  
ção. Apesar de o garimpo  
existir, ele não está transfor-  
mando positivamente a re-  
gião — disse ela.

Segundo um levantamen-  
to do Instituto Socioambien-  
tal (ISA) de 2022, municí-  
pios que convivem com o ga-  
rimpo possuem, em média,  
índice de progresso social 4%  
menor que a média amazô-  
nica, e 20% abaixo do índice do  
Brasil. A análise leva em con-  
ta o acesso a itens considera-  
dos necessidades humanas  
básicas, como nutrição, cui-  
dados médicos, água, mora-  
dia e segurança.

Diretor de Amazônia e  
Meio Ambiente da Polícia Fe-  
deral, o delegado Humberto  
Freire diz que a batalha contra  
o garimpo ilegal não vai se re-  
solver apenas pela repressão,  
mas precisa incluir políticas  
públicas de desenvolvimento  
econômico da região.

— Nós não vamos conse-  
guir eliminar (garimpo ilegal)  
se não tiver outros pilares fun-  
cionando. É preciso um enga-  
jamento na esfera municipal  
e estadual para buscar alter-  
nativas econômicas e levar ri-  
queza aos amazônidas. São 30  
milhões de pessoas que preci-  
sam sustentar as suas famílias  
— afirmou o delegado.



# O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875  
JULIO MESQUITA (1866—1937)



Segunda-feira 10 de FEVEREIRO de 2024 • R\$ 7,00 • Ano 145 • Nº 47808  
estadio.com.br

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA A7 e A8

## Facções se infiltram no poder local para capturar contratos

Associação com política busca obter novos lucros e lavar dinheiro

**D**ocumentos inéditos de investigações em vários Estados mostram como integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando

Vermelho (CV) estão se infiltrando na política municipal para obter contratos milionários com prefeituras. Série de reportagens iniciada hoje pelo **Estádio** expõe como o crime organi-

zado busca acesso a prefeituras e câmaras municipais como meio de controlar contratos de transporte público, coleta de lixo e saúde e influir na definição das regras do uso e ocupação do

solo. Trata-se de movimento em que essas facções, além de obter novos lucros e lavar dinheiro do tráfico de drogas em atividades ilícitas, tentam se alçar à condição de organizações mafiosas.

### Prefeitura paga R\$ 827 milhões a empresas de ônibus sob investigações

Secretaria Municipal de Transportes de São Paulo fez os repasses a três empresas de ônibus com diretores sob suspeita de ligação com o PCC. Prefeitura instaurou sindicâncias.

Fuga de prisão federal ... A14

Presidente sugere 'convivência' de agentes

Abílio Diniz (1936 - 2024) ... A10



TATIANA DIETTERSTADT - JORNAL

Crise diplomática ... A11

### Lula compara ação em Gaza ao Holocausto; Israel convoca embaixador

Na Etiópia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comparou a morte de palestinos em Gaza, na guerra de Israel contra o grupo terrorista Hamas, ao extermínio de judeus promovido por Adolf Hitler. O governo de Israel convocou o embaixador brasileiro em Tel-Aviv para ser repreendido.

Coluna do Estádio ... A2

### Itamaraty espera conter escalada e evitar ruptura

E&N Estagnado ... B1 e B2

### Falta de agenda contra entraves limita avanço do PIB nos próximos anos

Baixa produtividade, fraco investimento e educação de má qualidade são restrições a maior crescimento do Brasil.

E&N Se não chover ... B5

### Reservatórios das hidrelétricas podem ficar só pela metade em abril

Sinal de alerta foi dado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) depois de um janeiro com poucas chuvas.

Notas e Informações ... A3

O preocupante déficit das estatais

Carlos Pereira ... A9

Restrições geraram resistência ao golpe

Moisés Naim ... A12

As crises que tiram o sono do mercado

Henrique Meirelles ... B4

A hiperinflação argentina

Artes cênicas ... C1

### Cirque du Soleil traz neve para SP e RJ

'Crystal' é o primeiro espetáculo do grupo canadense totalmente desenvolvido em uma pista de gelo.



CRISTIANE DO SOUZA/REVISTA VEJA - ILUSTRAR

Mobilidade ... A13

Prolongamento da Marginal do Pinheiros gera polêmica

Rússia ... A12

Corpo de Navalni tem sinais de convulsões

Na valentia ... A18

Palmeiras domina, mas leva empate do Corinthians

E&N Investimento ... B6

### Fundo imobiliário volta atenção para locação de imóveis residenciais

Gestoras que administram ativos residenciais ofereceram mais de 20% de rentabilidade em 2023.

Edição de hoje  
3 CADERNOS - 44 páginas



Caderno A: Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Esportes, Para ler...  
E&N: Destacar Economia & Negócios



C2: Cultura & Comportamento  
A fundo

Tempo em SP  
21º - Plu: 20º - Máx.



ISSN 1946-2931  
01711-0100



(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : CRIME ORGANIZADO

# Prefeitura paga R\$ 827 milhões a empresas de ônibus alvo de investigações

**Suspeita é que contratadas tenham ligação com o PCC; Controladoria do Município afirma que instaurou sindicâncias**

MARCELO GOODY

A estudante V, de 24 anos, apara o ônibus na Estação Armênia do Metrô para ir à faculdade à noite. Quando não tem dinheiro, paga a passagem por meio de PIX. A facilidade esconde um negócio bilionário explorado por criminosos que se associaram em cooperativas e, depois, tornaram-se acionistas de empresas para controlar suas linhas do sistema e, ao mesmo tempo, receber repasses milionários de prefeituras do Estado.

O **Estadão** consultou contratos e planilhas, ouviu testemunhas e teve acesso a inquéritos sigilosos da polícia a fim de mostrar como o crime organizado capturou parte do público de transporte de São Paulo.

**Sistema de transporte A Prefeitura afirma que aditivos de contratos iguais foram assinados com todos os concessionários**

Essa história começa por três empresas de ônibus – a Transcap, a Transunião e a UP-Bus – que mantêm contratos com a Prefeitura de São Paulo. Elas têm diretores investigados pela polícia em razão da suposta participação em crimes ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Levantamento feito pela reportagem mostra que, após as acusações terem se tornado públicas, em 2022, com prisões efetivadas e apreensões de bens, as companhias, mesmo assim, receberam R\$ 827 milhões em repasses da Secretaria Municipal de Transportes e assinaram oito novos contratos – todos aditivos – para operar o sistema.

A Controladoria do Município instaurou sindicâncias e informou que fez apurações internas sobre a possível utilização das UPBus e da Transunião para lavar dinheiro para a

facção criminosa. Além disso, a Prefeitura afirmou que “acompanha e colabora” com a polícia “em tudo que é solicitado” e disse ser de seu “total interesse que todos os esclarecimentos legais sejam feitos perante as autoridades policiais e a Justiça”. Informou ainda que as sindicâncias estão “em fase de instrução, dentro dos prazos estabelecidos pela legislação vigente” e que “o teor das apurações é sigiloso”.

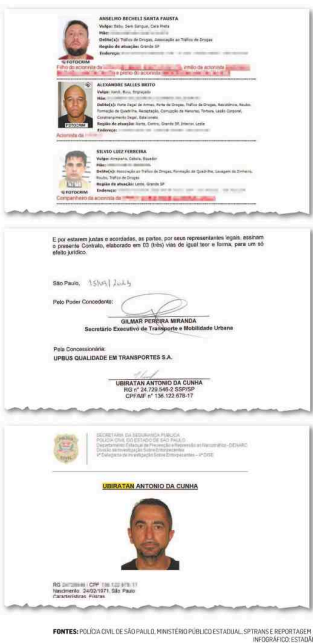
Outras quatro empresas de ônibus contratadas pela Prefeitura já foram investigadas em razão de crimes semelhantes envolvendo seus diretores e acionistas – elas receberam do Executivo municipal outro R\$ 1,1 bilhão de janeiro a outubro de 2023. Juntas, as sete companhias são responsáveis pelo transporte de uma e cada quatro passageiros de ônibus da capital ou 27,5%. Todas essas empresas operam no chamado Grupo Local de Distribuição do sistema municipal de transportes, onde estão as empresas que atuam nos bairros. Os 13 lotes desse grupo foram licitados em 2019 e estavam avaliados em R\$ 22,2 bilhões – a maioria foi concedida a uma única companhia. Esse é o caso do lote 4, concedido à mais polêmica das empresas, a UPBus.

**DIRETORES.** A presença do crime organizado no transporte público de São Paulo, segundo as investigações, é uma história que reúne acusações de achacques, de homicídios, de ameaças e de lavagem de dinheiro que enriqueceu traficantes de droga, ladrões de banco e integrantes da cúpula do PCC em liberdade. “Vejo hoje com preocupação o PCC se tornando uma máfia, como a máfia em Nova York, nos anos 1980, infiltrando-se no serviço público para lavar dinheiro do crime”, afirmou o promotor Lincoln Galkya, do Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado (Gaeco).

Há três anos, a Polícia Federal (PF) recebeu em São Paulo informações sobre a ação do PCC nos transportes públicos e abriu uma investigação. “A dificuldade é que esse pessoal entrou no ramo há 15 anos, 20 anos. E a Justiça não permite

## OS SÓCIOS E OS CONTRATOS DA UPBUS

**Homem apontado como laranja de bandidos pela polícia assinou novos contratos com a Prefeitura**



que se volte tanto assim para se provar que, originalmente, o empresário não tinha recursos para comprovar a evolução patrimonial. Hoje em dia, muitas dessas pessoas já têm rendimentos que sustentam a evolução patrimonial”, contou o delegado federal Rodrigo Costa.

Na época, um dos investigados era um velho conhecido da polícia: o traficante de drogas Anselmo Becheli Santa Fausta, o Cara Preta ou Magrelo. Em 2011, o Gaeco flagrou uma conversa dele com Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, ao telefone, conforme áudio revelado pelo **Estadão**, na qual o chefe da facção dizia ser o responsável pela diminuição de homicídios no Estado e pelo fim do crack nos presídios. “Acabou, mano”, disse Marcola. Cara Preta era então investigado por ligações com a antiga cooperativa de ônibus Transcooper Leste – atual UPBus, empresa de ônibus com contrato com a Prefeitura que opera 485 ônibus na zona leste. Os representantes da empresa não foram localizados.

Em 2014, um relatório da inte-

ligência do Exército apontava Cara Preta como o “fornecedor de drogas para toda a zona leste”. Segundo a investigação, a droga da facção chegava em Cidade Tiradentes e, de lá, era distribuída para toda a região. E justamente nos Terminais de ônibus da Cidade Tiradentes e de Itaquera, ambos na zona leste, que a UPBus opera parte de sua frota de 138 ônibus. Segundo a polícia, o pai, e irmão de Cara Preta se tornaram acionistas da companhia assim como outros líderes da facção, como Silvío Luiz Correia, o Cebola, Décio Gouveia Luis, o Décio Português, Claudio Marcos de Almeida, o Django, e Alexandre Sales Brito, o Xandi.

Em 15 de junho de 2012, Xandi e um outro acionista foram presos com 14 quilos de maconha e um fuzil. Treze dias depois, Cebola foi aprehendido com 480 quilos de maconha dentro da sede da UPBus, empresa de ônibus com contrato com a Prefeitura.

Segundo apuração sigilosa da Operação Ataraxia, do Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos (Denarc)

à qual o **Estadão** teve acesso, dos 60 acionistas da UPBus, seis são membros destacados ou cônjuges de membros destacados do PCC; 18 possuem ligação direta ou indireta com o PCC e 18 apresentam movimentações financeiras atípicas junto ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Detodos eles, 45 ostentariam profissões incompatíveis com o capital investido na empresa UPBus, como diaristas, costureiras, operadoras de caixa, motoristas e cobradores.

Os cinco investigados e o advogado de três deles (Cara Preta, Django e Cebola) eram diretamente donos de cerca de 15% das cotas da empresa UPBus. Desde que o Denarc lançou a Operação Ataraxia, em junho de 2012, a empresa já recebeu R\$ 119 milhões da Prefeitura e assinou dois novos contratos com a Secretaria Municipal dos Transportes. Os documentos foram assinados, pelo lado da empresa, por Ulbricht Antonio da Cunha, diretor da UPBus e um dos 15 alvos da operação, que obteve o sequestro de R\$ 45 milhões em bens desinvestigados. Cunha chegou a ter sua prisão temporária pedida pela polícia, que o considerava um laranja da facção.

Outra empresa vinculada a uma investigação de homicídio pela polícia – por meio do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) –, a Transunião, assinou quatro aditivos após o inquérito do seu caso se tornar público, em junho de 2022. Desde então, ela recebeu R\$ 493 milhões para operar seus 467 ônibus em dois lotes do sistema de transportes da cidade. Uma terceira empresa cuja direção é acusada de extorções e ameaças, a Transcap, que opera sua frota de 281 ônibus na zona sul, obteve R\$ 214 milhões do Município e firmou dois novos contratos com a secretaria após ação policial em outubro de 2022.

**ADITIVOS.** Ao ser questionada sobre os aditivos assinados com as empresas depois que elas passaram a ser investigadas, a Prefeitura informou que eles “tratam de temas como a eletrificação da frota, a retomada do cumprimento de prazos contratuais após o término da pandemia, atualização no Serviço Atendimento ao Cliente e a renovação da renovação da remuneração”.

Sobre o fato de Ulbricht Antonio da Cunha, uma pessoa investigada, assinar os contratos em nome da UPBus, a Prefeitura informou não ter qualquer interferência a respeito de quem as empresas nomeiam como seus representantes legais. O **Estadão** procurou ainda as direções das empresas UPBus, Transunião e Transcap, mas não obteve resposta. Também não se manifestaram os defensores de Décio Português, Cebola, Cara Preta, Xandi, Django e Cunha. ●



TERÇA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2024  
O ESTADO DE S. PAULO

**POLÍTICA**



A7

(IN) **SEGURANÇA PÚBLICA** : CONEXÕES POLÍTICAS

# Empresa fundada por vereador petista destinava valores ao PCC, diz inquérito

*Conversas no celular de ex-diretor de companhia de ônibus, que foi assassinado, indicam pagamento semanal de R\$ 70 mil à facção; investigado, Senival Moura nega envolvimento*

MARCELO GODDY  
HEITOR MAZZOZZO

Mensagens no telefone celular do ex-diretor da empresa de ônibus Transunião, Adauto Soares Jorge, mostram, segundo a polícia, a existência de pagamentos semanais de R\$ 70 mil, feitos por meio da caixa da companhia, ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Os diálogos constam de inquérito conduzido pelo Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) ao qual o Estado teve acesso. O caso está sob sigilo de Justiça. A Transunião foi fundada pelo vereador Senival Moura (PT), líder da oposição na Câmara Municipal de São Paulo.

A Transunião é uma das três empresas de ônibus da cidade de São Paulo cujos diretores ou acionistas são investigados por crimes que a polícia liga ao PCC. Ela tem 467 ônibus em sua frota e opera em dois lotes do sistema de transporte público de São Paulo. A apuração, que envolve suspeita de extorsão, lavagem de dinheiro e organização criminosa, começou com o inquérito sobre o assassinato de Adauto Jorge, morto a tiros em 4 de março de 2020, em estacionamento no bairro Lajeado, na zona leste. A empresa foi procurada pelo Estado, mas não respondeu.

No dia do crime, Adauto Jorge estava acompanhado por Devanil Souza Nascimento, conhecido como "Sapo", um antigo funcionário da Transunião. Nascimento, ex-motorista de Senival, foi investigado no inquérito sobre o homicídio — assim como o vereador do PT — sob suspeita de ter conduzido Adauto Jorge até o estacionamento e tendo conhecimento da armadilha que havia sido montada contra a vítima. Ambos se dizem inocentes.

**DESLIGAMENTO.** Em discurso no dia 14 de junho de 2022, no plenário da Câmara Municipal, Senival disse: "Operamos como Transunião até dezembro de 2020. No dia 5, teria uma assembleia, e eu e o Adauto Soares Jorge fomos recomendados a não participar. Quando recebi isso, achei melhor ir embora", afirmou o vereador. "Nós criamos essa em-

## INVESTIGAÇÃO

Apuração do caso teve início com o inquérito sobre o assassinato de Adauto Soares Jorge, em março de 2020



Momento em que Adauto Jorge, da Transunião, é executado em estacionamento na zona leste; atirador seria conhecido como Cachorrão



29. Desde feita, temo, os memos, três indícios que apontam para a efetiva

Imagem de câmera de estacionamento no momento em que atirador mata Adauto Jorge, da Transunião; polícia acusa PCC pelo crime

INFORMAÇÃO ESTADO

ANDRÉ GUENON/REDE CÁMERA SP-6/11/2023



Vereador Senival Moura: "Quebraram sigilo e não encontramos nada"

pressa, mas me desliguei."

O relatório do inquérito do caso é conclusivo: "Apurou-se que a morte de Adauto Soares Jorge teve relação com esquema de desvio de verbas da Transunião, a qual, desde seu

nascimento, vinha sendo utilizada para a lavagem de capitais oriundos do crime, mais especificamente, valores advindos da facção criminosa Primeiro Comando da Capital". Senival Moura era um líder

entre perueiros da capital nos anos 2000. Foi quando, segundo o relatório assinado pelo delegado Anderson Honorato Santos, "notórios criminosos" teriam providenciado recursos para a campanha eleitoral do político — ele concorreu pela primeira vez a vereador em 2004.

**'PREPOSTO'.** Em troca, disse o delegado, o PCC "passou a ocupar grande parte das cotas/ações vinculadas à indústrias da empresa". De acordo ainda com o documento da polícia, a facção possuía um "preposto" na Transunião, responsável pelos interesses da criminalidade na empresa. "Tal preposto foi identificado como Leonel Moreira Martins, o qual, como se depreende da análise das mensagens encontradas no celular da vítima (Adauto Jorge), interagiu quase que semanalmente com esta para resolver problemas envolvendo interesses de membros do PCC."

Allegando supostos desvios de verbas da empresa, a facção obteve, em fevereiro de 2020, o afastamento do aliado de Senival da presidência da Transunião, por meio da destituição de Adauto Jorge do cargo. Em seguida, o comando da empresa teria sido passado para um de seus integrantes.

Conforme o Relatório de Análise de Extração de Dados do celular de Adauto Jorge, o preposto do PCC "comunicava-se quase que semanalmente" com ele, e o teor dos diálogos, "quase que em sua totalidade", dizia respeito "à cobrança de valores e repasses" que deveriam "ser realizados a parentes de indivíduos vinculados à criminalidade".

Diálogo destacado pelo policial se refere à cobrança feita por Leonel Martins a Adauto Jorge "dos valores devidos em decorrência de seu status como membro do PCC e pelos veículos que possui na Transunião". A conversa ocorreu em 12 de abril de 2019. Nela, Adauto Jorge diz que os repasses da empresa ao PCC estavam limitados a R\$ 70 mil por semana. "Contudo, Leonel argumenta que, além de participação nos aluguéis de R\$ 70 mil, haveria outra dívida a ele devida, de valores da facção criminosa Primeiro Comando da Capital". Logo depois, o PCC teria determinado a nomeação de Jair Ra-

mos de Freitas, o "Cachorrão", como diretor da empresa. O Deic aponta Freitas como o assassino de Adauto Jorge.

Segundo o Deic, Adauto Jorge foi morto pelo PCC em uma vingança, e Senival chegou a ter a morte decretada pela facção, mas só não foi executado, segundo relato de testemunha protegida, porque concordou em entregar 13 ônibus ao PCC e deixar a direção da empresa. O inquérito ainda aguarda perícias nas imagens de câmeras e nos celulares apreendidos.

**DEFESAS.** O advogado de Senival Moura, Márcio Sayeg, negou envolvimento do vereador com a morte de Adauto Jorge. "Pediram perícia contábil, quebraram o sigilo e não encontramos nada. Tanto é que ele nem sequer foi indiciado no inquérito. Ali é uma cooperativa, não dá para investigar um a um, controlar o que cada um faz."

**Representante PCC designou 'preposto' para defender interesses da facção na empresa de ônibus, afirma polícia**

A defesa de Devanil Nascimento disse que apresentou todas as informações determinadas pela Justiça e, com isso, ele teve a prisão revogada. "Ele se declarou e continua se declarando inocente", afirmou o advogado Marcos Ribeiro Costa.

O advogado Anderson Minichillo, que representa Jair Freitas, declarou que seu cliente é inocente e não foi reconhecido por testemunhas. "Pedimos a liberdade dele, alegando que o laudo das imagens da perícia era inconclusivo. A acusação da polícia não tinha base sólida para mantê-lo preso." Isaac Minichillo, que defendeu Leonel Martins, disse que seu cliente é inocente.

A Controladoria do Município instaurou sindicância sobre a Transunião para averiguar o uso da empresa na lavagem de dinheiro do PCC. A Prefeitura de São Paulo afirmou, em nota, que "acompanha e colabora" com a polícia e disse ser de seu "total interesse que todos os esclarecimentos legais sejam feitos perante as autoridades e à Justiça". ●



QUINTA-FEIRA, 22 DE FEVEREIRO DE 2024  
O ESTADO DE S. PAULO

POLÍTICA

A9

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : INVESTIGAÇÃO POLICIAL

# Em celulares, provas da atuação do PCC no transporte em Campinas

**Telefones mantinham fotos e documentos que mostram a infiltração da facção em cooperativa da cidade, afirma MP**

MARCELO GODOY  
HEITOR MAZZUCCI

Foi nos telefones celulares de Claudemir Antonio Bernardino da Silva, o Guinho, que o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecco), do Ministério Público de São Paulo, encontrou algumas das principais provas da ação exercida por criminoso do Primeiro Comando da Capital (PCC) no transporte público da terceira maior cidade do Estado: Campinas.

Com 1,3 milhão de habitantes, a cidade é o centro de uma região que abriga um dos maiores complexos prisionais de São Paulo dominado pelo PCC. Os celulares de Guinho foram apreendidos na Operação Sumidouro, que investigava rede de traficantes que usava galerias pluviais da cidade. O **Estado** teve acesso ao relatório sigiloso da análise dos telefones. Ali estão fotografias que retratam tráfico de armas e drogas, execução de rivais e operação dos ônibus, além de mensagens, documentos e comprovantes de depósitos trocados pelos criminosos.

Condenado a 21 anos de prisão por tráfico de drogas, Guinho é sobrinho de Wanderson Nilton de Paula Lima, o Andinho, líder do PCG que, segundo a polícia, foi responsável pela morte do então prefeito de Campinas, Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, em 2001. Andinho cumpre 700

anos de condenação por sequestro, assassinato, tráfico de drogas e organização criminosa na Penitenciária Federal em Brasília. Recentemente, ele e outros dois líderes da facção romperam com Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, causando um racha na direção da organização criminosa.

**ESCONDERRIJO.** De acordo com o Gaecco, a quadrilha de Guinho alugava casas em condomínios fechados na região de Campinas para usar como esconderijos de drogas e armas. Parte do material e mais de R\$ 300 mil foram apreendidos em buscas feitas em 2022 no Residencial Botânico, onde Guinho foi preso.

Na ação, os investigadores apreenderam celulares nos quais foram encontrados os arquivos que ligam a quadrilha ao sistema de transporte de Campinas. A exemplo do que ocorreu em São Paulo no começo dos anos 2000, em Campinas o PCC também se infiltrou no setor por meio do transporte clandestino de passageiros feito por pereueiros.

O Relatório de Análise do Material Apreendido mostra a estrutura da organização do tráfico e como ele controlava a venda de drogas na região. Além disso, os investigadores localizaram provas de como o dinheiro do tráfico era investido em imóveis e no transporte público por meio de pereueiros ligados à cooperativa Altercamp. Contas bancárias de cooperados seriam usadas por Guinho e pela mulher do traficante para movimentar dinheiro até para o pagamento de despesas pessoais do casal.

Pelas mensagens, os promotores descobriram que Guinho participava de reuniões

**Imagens e mensagens sobre compra e venda de armas encontradas nos celulares apreendidos pelo Gaecco durante a Operação Sumidouro**



FOTOS: REPRODUÇÃO/ MINISTÉRIO PÚBLICO; INFORMÁTICO/ ESTADO

com permissionários da prefeitura de Campinas, recolhia o dinheiro obtido com os ônibus e cuidava da manutenção de sua frota, além de pagar propina mensalmente a fiscais do

**Apuração  
Prefeitura de Campinas  
informou que sindicância  
aberta não identificou  
índice de irregularidade**

sistema de transportes. Diz o relatório: “Guinho explora, de maneira clandestina, mediante uso do nome de cooperados formais, o transporte público urbano, possuindo três pref-

xeos, cada um com dois veículos coletivos operando, da cooperativa Altercamp, contratada pela municipalidade de Campinas como prestadora do serviço público”.

**‘LARANJAS’.** Para tanto, o traficante usaria “laranjas” em nome de quem registravam ônibus de sua propriedade. O Gaecco prossegue: “O traficante parece contar com a cumplicidade de indivíduos em cargos de posição dentro da cooperativa que permitem que ele faça uso de terceiros para lucrar com o transporte sem que seu nome figure no fornecimento do transporte coletivo”. Os celulares tinham ainda documentos

como pagamentos de IPTU, investimentos em imóveis e no agronegócio e imagens de outros integrantes da quadrilha. O traficante aparece em vídeos escolhendo fuzis.

Em julho de 2023, a sede da cooperativa foi alvo de busca e apreensão. Em setembro, a Justiça aceitou a denúncia e decidiu processar 31 acusados por lavagem de dinheiro e tráfico de drogas. A Promotoria conseguiu na Justiça o sequestro de seis ônibus que seriam de Guinho e o afastamento da cooperativa de um diretor acusado de ligação com a facção. Todos os denunciados foram proibidos de explorar linhas de transporte público no Estado.

**SINDICÂNCIA.** A Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) informou que os termos de permissão são assinados com cada um dos ônibus, não tendo contato com a cooperativa. Segundo o órgão, uma comissão de sindicância foi aberta em 2023 e, após 68 dias de apuração, não foram identificados indícios de irregularidade ou de favorecimento à Altercamp. “Após a análise de todas as informações, o conselho observou que os dados apresentados pela Altercamp, em comparação com as demais cooperativas e empresas do sistema, não se sobressaem”, diz trecho do documento final da comissão.

“A investigação da atuação do PCC se dá sobre três linhas de uma das cooperativas que atendem o transporte alternativo de Campinas”, *(nua)* o sistema, como um todo, é formado por cooperativas e empresas que somam frota de mais de 900 veículos. Portanto, o suposto envolvimento em três linhas está longe de configurar domínio do sistema”, declarou a Emdec, em nota.

A Altercamp afirmou que não é dona dos ônibus, apenas presta serviço aos seus proprietários. O **Estado** procurou a defesa de Guinho, mas não conseguiu localizá-la. ●

## Ex-prefeito é cobrado em R\$ 828 mil por nomear envolvido com facção

Em 1.º de janeiro de 2017, Jarbas Ezequiel de Aguiar, à época do PV, tomou posse como prefeito de Britibita-Mirim (SP). Sua primeira indicação no cargo foi para colocar Ronaldo Júlio de Oliveira, o Ronaldo Porco, na Secretaria de Governo e como tesoureiro. Sete anos depois, Aguiar – que hoje é professor – é cobrado na Justiça em R\$ 828 mil (valores de julho de 2023) por causa da escolha do auxiliar. Ele ainda perdeu os direitos políticos.

Aguiar foi condenado por nomear Ronaldo Porco, que, à época, já havia sido sentenciado em duas instâncias por lavar dinheiro para um integrante do PCC. Segundo o Ministério Público, o ex-prefeito, mesmo sabendo da condenação, o colocou na administração pública. O processo aberto em 2017 está em fase de execução. Nesta etapa, não há recursos para livrar o ex-prefeito da condenação imposta com base na Lei de Improbidade Adminis-

trativa. O MP se manifestou a favor da cobrança da dívida.

Investigação do Ministério Público apurou elo entre Ronaldo Porco e o integrante do PCC Carlos Alberto Silva, o “Balengo”. “Balengo dominava pontos de tráfico de drogas e integrava grupo criminoso que atuava no roubo a bancos”, disse o promotor Felipe Duarte Paes Bertolli. O criminoso morreu durante troca de tiros com policiais após roubo a banco, em Guarulhos, em

2008. Um policial morreu e 12 pessoas ficaram feridas. Um fuzil AR-15 foi apreendido.

“Após esse crime gravíssimo, investigações comprovaram que Ronaldo Porco, secretário de Governo escolhido por Jarbas Ezequiel de Aguiar, e sua esposa atuaram na lavagem de dinheiro de Balengo, integrante do PCC, mediante a aquisição de dois imóveis de luxo em Mogi das Cruzes e Bertioga”, afirmou o promotor.

**SENTENÇA.** Ao sentenciar o ex-prefeito, o juiz Bruno Machado Miano, da Vara da Fazenda de Mogi das Cruzes, disse que ficou comprovado que Aguiar sabia da atuação criminosa de Ronaldo Porco. “Para um ad-

ministrador que cuida da coisa pública, essa informação bastaria para mandar fazer pesquisa pormenorizada sobre a pessoa que estava nomeando.”

**Britibita-Mirim (SP)  
Condenado por lavar  
dinheiro para integrante do  
PCC foi escolhido como  
secretário de Governo**

Procurado, Aguiar limitou-se a afirmar que vai se inteirar dos fatos. Conforme o sistema do Tribunal de Justiça de São Paulo, ele ainda não foi notificado do cumprimento de sentença. A defesa de Ronaldo Porco não foi localizada. ● **PAES, ERM.**



AB



POLÍTICA

QUARTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2024  
O ESTADO DE S. PAULO

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA: INVESTIGAÇÃO POLICIAL

# Suspeito de elo com o PCC, ex-contador de Lulinha cita 250 prêmios na loteria

Em depoimento, João Muniz Leite – que já prestou serviços para Lula e seu filho – admite ter trabalhado para traficante da facção e estima que bilhetes premiados somam R\$ 20 milhões

MARCELO GODOY  
HEITOR MAZZOCCHI

O contador João Muniz Leite, de 60 anos, que já prestou serviços para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e para o filho dele, relatou ter ganhado 250 vezes em loterias. Só em 2021, foram 55 vezes. Ele estima que, somados, os prêmios chegaram a R\$ 20 milhões. A revelação está em depoimento sigiloso do contador à polícia ao qual o Estado teve acesso.

Muniz era homem de confiança do advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula, e trabalhou como contador do filho do presidente, o empresário Fábio Luis Lula da Silva, o Lulinha, e do próprio petista. Ele chegou a ser ouvido pelo ex-juiz federal Sérgio Moro como testemunha na Operação Lava Jato, no caso do triplex do Guarujá (SP).

No ocasião, Muniz afirmou que fez a declaração de Imposto de Renda de Lula entre os anos de 2011 a 2015, no escritório de Teixeira, a quem prestou serviços por 14 anos, como contador de suas empresas: um escritório de advocacia e duas firmas de administração de imóveis. A audiência foi pedida pelo Ministério Público Federal na investigação sobre possível falsificação de recibos de um imóvel vizinho ao de Lula em São Bernardo do Campo (SP). O contador negou que os recibos fossem falsos.

De 11 de novembro de 2019 a 31 de julho de 2023, segundo dados da Junta Comercial de São Paulo, Lulinha manteve uma de suas empresas, a G4 Entretenimento e Tecnologia Digital Ltda., registrada no mesmo endereço do escritório de Muniz, em Pinheiros, na zona oeste. A defesa de Lulinha disse que as investigações sobre Muniz nunca atingiram o empresário. O Palácio do Planalto afirmou que Lula não tem laços com o contador (mas informações na página ao lado).

**IDENTIDADE FALSA.** No depoimento à polícia, em São Paulo, o contador também admitiu que, por cinco anos, teve entre seus clientes um dos principais traficantes de drogas do Primeiro Comando da Capital (PCC): Anselmo Becheli Santa

## RELACIONES

Contador é investigado por suspeita de ligação com traficante do PCC

JOÃO MUNIZ LEITE  
CONTADOR - 60 ANOS

**Trabalhou como contador do presidente** Luiz Inácio Lula da Silva e do filho Fábio Luis Lula da Silva, o Lulinha

Lulinha **manteve empresa** G4 Entretenimento e Tecnologia Digital Ltda, entre 2019 e 2023, no mesmo endereço do escritório de Muniz, de acordo com a Junta Comercial de São Paulo

Muniz teve entre seus **clientes um dos integrantes do PCC**, Anselmo Becheli Santa Fausta, conhecido como Cara Preta ou Magrelo, ainda que o conhecimento apenas pelo nome de Eduardo Camargo de Oliveira - identidade falsa

A 1ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro da Justiça Estadual de São Paulo determinou o **bloqueio de R\$ 45 milhões** em imóveis e ômnibus de integrantes do PCC e de Muniz

Para o Departamento Estadual de Investigações sobre Entorpecentes (Denarc), Muniz **"transferiu valores para as empresas de Anselmo"** que funcionavam no mesmo endereço do escritório do qual o contador era sócio



INFORMAÇÃO ESTADUAL

## RELATÓRIO

Denarc atribui ao contador falsidade ideológica em razão da atuação em favor do traficante Anselmo Becheli Santa Fausta



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO  
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico - DENARC  
Divisão de Investigações Sobre Entorpecentes - DISE

Não Por Coincidência, NESTE MESMO IMÓVEL, FUNCIONA UMA PU NA QUAL JOÃO MUNIZ LEITE FOI REGISTRO ATÉ O ANO DE 2010.

Logo, considerando que JOÃO M. LEITE transferiu valores para as empresas de ANSELMO, empresas estas que foram estabelecidas no mesmo imóvel de onde JOÃO M. LEITE era sócio.

NÃO HÁ COMO JOÃO ALEGAR DESCONHECIMENTO ACERCA DA IDENTIDADE FALSA QUE ANSELMO SE UTILIZOU PARA CONSTITUIR A EMPRESA OLIVEIRA PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS, REGISTRADA EM NOME EDUARDO CAMARGO DE OLIVEIRA.

Portanto, é Inaproveável que JOÃO MUNIZ LEITE PRATICOU CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA COMO MEIO DE COLABORAR PARA O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO EM FAVOR DE ANSELMO ATRAVÉS DA TENTATIVA DE OCULTAÇÃO DA PROPRIEDADE DOS BENS INJETADOS NA PESSOA JURÍDICA, SEM COMO NA DISTRIBUIÇÃO DA ORDEM DOS RECURSOS. NESTE CONTEXTO, ANDA EM RELAÇÃO A JOÃO, TAMBÉM NÃO É DIFÍCIL VULNERAR CRIME DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.

INFORMAÇÃO ESTADUAL

Fausta, o "Cara Preta" ou "Magrelo", ainda que o conhecimento pelo nome de Eduardo Camargo de Oliveira, identidade falsa da que, segundo a polícia, o traficante usava para comprar em empresas e lavar parte do dinheiro do narcotráfico.

**BLOQUEIO.** Santa Fausta foi assassinada em 27 de dezembro de 2021, no Tatuapé, na zona leste, ao lado de seu motorista, Antonio Corona Neto, o "Sem Sangue". Em junho de 2022, a 1ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro da Justiça Estadual de São Paulo determinou o bloqueio de R\$ 45 milhões em imóveis e ômnibus de integrantes do PCC e do contador. De acordo com o Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos (Denarc), em diversas oportunidades, os valores das apostas feitas por Muniz superaram os dos prêmios. O objetivo seria esquentar o dinheiro ilegal.

Ao relatar que não sabia da atividade criminosa de Santa Fausta, Muniz revelou o nome de quem o apresentou ao traficante. Trata-se do empresário Antonio Vinícius Lopes Gritzbach. No ano passado, Gritzbach foi denunciado pelo Ministério Público estadual por lavagem de dinheiro da facção, como mandante do assassinato de Santa Fausta. Conforme a acusação, Gritzbach deu golpe de R\$ 10 milhões no traficante, apropriando-se de investimentos em criptomoedas.

A morte de Santa Fausta deixou um rastro de sangue em São Paulo. Informada com o crime, a cúpula da facção ordenou as mortes de Cláudio Marcos de Almeida, o "Django", outro gigante do tráfico de drogas. Almeida foi obrigado a se enforcar em 27 de janeiro de 2022. Além dele, o tribunal do crime também determinou a morte de Noé Alves Schum, que foi esfaqueado. Na véspera de Natal de 2023, Gritzbach escapou de um atentado em seu apartamento.

**MEGA SENA.** Muniz falou, ainda, sobre como ganhou na Mega SENA com Santa Fausta. "Eduardo (nome falso do traficante) estava na sala do declarante para realizar sua declaração de Imposto de Renda em

2021, quando um funcionário seu perguntou quem iria participar de um bolão. Foi quando Eduardo demonstrou interesse em participar dos jogos", registrou o depoimento. Santa Fausta lhe entregou R\$ 8 mil, ficando com três das cinco cotas do jogo. "Surpreendentemente, a aposta do declarante teria sido a premiada." Muniz disse que 55 prêmios ficaram em nome de sua mulher porque era ela quem buscava o dinheiro nas loterias perto da casa da família.

**JOODS.** "Após o início de minha compulsão por jogos, eu jogo todos os dias em todos os tipos de jogos possíveis, inclusive em compra de bolões", relatou o contador aos policiais, conforme depoimento. Muniz disse não saber quantas vezes ganhou nas apostas, mas falou em mais de 250 vezes, recebendo os prêmios que variaram de R\$ 50 a R\$ 2 mil.

**Investigação**  
Com valores maiores que os dos prêmios, apostas serviam para esquentar dinheiro ilegal, diz Denarc

Com o dinheiro dos prêmios, afirmou ter comprado duas casas para funcionários de seu escritório, adquirido três apartamentos e ajudado familiares em dificuldades, além de quitar uma dívida no valor de R\$ 6 milhões, o que explicaria, segundo ele, o fato de a Justiça ter bloqueado apenas R\$ 500 mil em sua conta bancária.

Para a polícia, no entanto, o motivo foi outro. Em relatório sigiloso, o Denarc informou à Justiça que Muniz "transferiu valores para as empresas de Anselmo (Santa Fausta)" que funcionavam no mesmo endereço do escritório do qual o contador era sócio. "Não há como alegar desconhecimento da identidade falsa que Anselmo utilizou", escreveu o delegado Fernando José Santiago. "É inegável que Muniz praticou o crime de falsidade ideológica como meio de colaborar para o crime de lavagem de capitais em favor de Anselmo." ●

MARCELO ORDENA TRÊS MORTES E AMPLIA RACHA NO PCC. PÁG. A15



(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : CONEXÕES POLÍTICAS

# Investigações mostram que facção troca apoio político por cargos

No Ceará, ex-vereador morto era ligado a membros do Comando Vermelho; na Bahia, deputado é suspeito de elo com milícia

HEITOR MAZZOCO  
MARCELO GODOY

Era uma sexta-feira em Itaitinga, cidade a 30 km de Fortaleza, quando um crime chocou a cidade de 64,6 mil habitantes. As 12h12 de 31 de agosto de 2018 o então vereador João Roberto de Oliveira Martins, eleito pelo PRTB, encontrou seu Toyota Hilux em frente à Câmara Municipal. Segundos depois, um Palio Weekend parou no meio da rua. Três homens desceram do carro e dispararam em direção a Martins, que morreu atirado por pelo menos dez tiros. Outras duas pessoas que estavam com o vereador conseguiram escapar.

Os integrantes do bando são apontados pelo Ministério Público do Ceará como membros da facção criminosa Comando Vermelho (CV), que surgiu no Rio na década de 1980 e tenta comandar áreas dominadas pelo crime em outros Estados. No entanto, os criminosos perceberam um ramo de negócio lucrativo na política e, desde então, tentam se aproximar cada vez mais do poder público.

**Crime e política**  
**Criminosos colocam em cargos da administração pública parentes e aliados, dizem investigadores**

Itaitinga se tornou um exemplo da ligação entre crime organizado e política. De acordo com a Polícia Civil e o MP do Ceará, o então vereador mantinha elo com integrantes do CV. Em troca de apoio político nas eleições, a facção era agraciada com cargos. A investigação apontou que a mãe de um dos criminosos foi nomeada para trabalhar no Legislativo municipal. Martins foi eleito em 2004, 2008, 2012 e 2016.

A boa relação entre o ex-vereador e a facção terminou, mas não por questões políticas. Conforme o MP, "a motivação do crime está relacionada à desconfiança" que o líder do CV na região, José Flávio de Sousa, "nutria em relação a um suposto caso amoroso" entre sua ex-mulher e Martins.

Em novembro de 2023, cinco acusados por envolvimento no crime foram condenados

pelo Tribunal do Júri de Fortaleza. Sousa foi sentenciado a 32 anos e um mês de prisão. Apontados como os atiradores, Rafael Alves Nunes, José Roberto de Braga Mesquita e Samuel Adams Barros Andrade foram condenados a 32 anos e sete meses cada um. Todos os condenados entraram com recurso. O Estado conseguiu contato apenas com o advogado Francisco Marcelo Brandão, que defende José Flávio de Sousa. Ele confirmou que os sentenciados buscam reverter a decisão de primeiro grau e reduzir a pena.

**CELULAR.** Ainda no Ceará, em uma investigação da Delegacia de Combate às Ações Criminosas Organizadas (Draco), da Polícia Civil, em novembro de 2020 investigadores identificaram mais um indicativo de que os criminosos estão cada vez mais interessados nas relações com o poder público.

Eles tiveram acesso ao celular de Almerinda Maria Barbosa de Sousa, conhecida como Irmã Ruiva, que recebia informações sobre movimentações políticas em cidades do litoral do Estado. O elo de Irmã Ruiva "política" era Rener Castro de Sousa, segundo as investigações. Os dois são apontados como líderes do CV na região.

Em uma das conversas com Ruiva, ao fim das eleições de 2020, Rener diz que deu apoio financeiro a alguns candidatos a prefeito e a vereador, em troca de cargos, e que houve um "salve" (determinação) da organização criminosa com a proibição de apoio a nomes aliados a um ex-deputado federal do União Brasil.

"Graças a Deus, o homem entrou, nosso vereador, nosso prefeito. Tu é doído, eu agradeço demais pela força que tu me deu", afirma Rener em um dos áudios transcritos pela polícia. Na conversa, Ruiva aconselha Rener a dizer para ele se dedicar mais à política e a "deixar os negócios referentes ao tráfico nas mãos dela".

A polícia não conseguiu identificar os candidatos apoiados pela facção criminosa. Afirma também que não encontrou provas que ligariam Rener a políticas, já que as nomeações citadas pelo líder do CV não teriam ocorrido.

**'OLHO GRANDE'.** Para o Ministério Público do Ceará, há provas do envolvimento de Rener com a facção. Isso porque, em uma das mensagens, ele afirma que colocaria outra pessoa em seu lugar para cuidar dos negócios enquanto estivesse

Irmã Ruiva recebia informações sobre movimentações políticas em cidades do Ceará de Rener Castro de Sousa; os dois são apontados como líderes do Comando Vermelho na região



**"A partir do momento que ficam grandes, (as organizações) começam a almejar cargos políticos primeiro em nível municipal, local, e vão escalando. Finciam candidaturas, fazem com que membros se candidatem. Tudo com a ideia de obter vantagem operacional"**  
**Matheus Falivene de Sousa**  
**Professor e doutor em Direito Penal**

em "cargo político comissionado". "O denunciado demonstra que, ao assumir o seu cargo político, posicionaria um outro membro da organização criminosa à frente de seus negócios, expondo características que procura. Uma pessoa que se eu precisar voltar, eu não tem o olho grande", diz um trecho da denúncia oferecida pela 115ª Promotoria de Justiça de Fortaleza.

O advogado de Rener, Paulo Sérgio Ripardo, já apresentou as alegações finais no caso. A expectativa é de que a ação seja julgada no primeiro semestre deste ano. Ao Estado, Ripardo disse esperar a absolvição de Rener, que responde por envolvimento com organização criminosa. "No caso dele não há provas", disse o defensor, que também afirmou não acreditar no envolvimento de Rener com políticos. A

reportagem não conseguiu localizar a defesa de Irmã Ruiva.

**CRIMES.** No dia 7 de dezembro de 2023, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gacoco), braço do Ministério Público da Bahia, desencadeou a Operação El Patron. A Justiça recebeu a denúncia contra 21 pessoas. Entre elas está o deputado estadual Kleber Cristian Escalante de Almeida, conhecido como Binho Galinha (Patriota), eleito para um cargo público pela primeira vez em 2022.

De acordo com o MP, "o parlamentar é apontado como líder de grupo miliciano que atua na região de Feira de Santana, acusado por crimes de lavagem de dinheiro do jogo do bicho, agiotagem e receptação qualificada". Este ano, Binho Galinha aparece como eventual nome para disputar a prefeitura de Milagres ou Feira de Santana. Milagres é a cidade natal do deputado; Feira de Santana é o local em que construiu a carreira política.

A Justiça determinou bloqueio de R\$ 200 milhões das contas bancárias dos investigados e o sequestro de 14 veículos e 26 imóveis, sendo dez fazendas, nove casas, quatro terrenos, dois apartamentos e uma sala comercial, além da suspensão de atividades econômicas de seis empresas.

"O MP solicitou à Justiça que determine o pagamento de multa superior a R\$ 30 milhões por danos morais coletivos. Durante as investigações, revelou-se que a organização criminosa realizou, em uma década, movimentações bancárias superiores a R\$ 100 milhões, total transferido diretamente ao logo do tempo pelos investigados e por empresas constituídas com o intuito de garantir aparência de licitude aos recursos movimentados", disse o MP, em nota.

Logo depois da operação, o deputado afirmou que está à disposição da Justiça. "Mantemos nossas atividades pessoais e legislativas sem alteração. Confio na Justiça e estou à disposição para dirimir dúvidas. Nosso jurídico está tomando as devidas providências para prestar esclarecimentos", disse o parlamentar na ocasião. Ele não foi encontrado para se manifestar novamente.

Professor e doutor em Direito Penal, Matheus Herren Falivene de Sousa afirmou que é comum as facções tentarem uma escalada dentro do poder público. "A partir do momento que ficam grandes, (as organizações) começam a almejar cargos políticos primeiro em nível municipal, local, e vão escalando como forma de obter vantagens. Elas financiam candidaturas, fazem com que membros se candidatem. Tudo com a ideia de obter vantagem operacional", disse. ●



SEGUNDA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2024  
O ESTADO DE S. PAULO

**POLÍTICA**



A7

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA: CRIME ORGANIZADO

# Facções se infiltram no poder local para capturar contratos

*Visando acordos milionários com prefeituras, criminosos se associam à política e buscam novas oportunidades de lucro e lavagem de dinheiro*

Integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) estão se infiltrando nos municípios para capturar contratos milionários com prefeituras do País. Ação dos criminosos foi detectada nos últimos anos em investigações realizadas em São Paulo, Rio, Bahia, e Ceará, entre outros Estados. Para as facções, não é o domínio do poder local que está em jogo, mas a oportunidade de obter novos lucros e lavar o dinheiro do tráfico de drogas em bacias licitas. É por isso que o apoio a candidatos a vereador e a prefeito é mais importante do que eleger deputados e senadores. A partir de hoje, o **Estadão** publica uma série de reportagens com dados sobre a atuação do crime organizado no poder público. Documentos inéditos de investigações mostram o pagamento milionário de uma prefeitura, por meio de contratos ativos, para empresas de transporte ligadas ao crime (*mais informações na pag. A8*). Ao mesmo tempo, um vereador teve a em-

presa apontada como elo para pagamento mensal a integrantes de organização criminosa. O envolvimento do crime, no entanto, tem consequências. Um ex-político, por exemplo, terá de arcar com o pagamento de multa por condenação pelo envolvimento com pessoas ligadas ao PCC. No Nordeste, a ação do Comando Vermelho culminou até com o assassinato de um parlamentar, como apontam investigações na região. Há ainda detalhes de influência das clãs milicianas no Rio de Janeiro visando as próximas eleições.

**CÂMARAS.** “Se o PCC conseguir eleger um deputado terá apenas um entre 513 parlamentares. É muito mais interessante para seus integrantes ter acesso às Câmaras Municipais, onde são discutidos os contratos da coleta de lixo e as regras do transporte público e do uso e ocupação do solo”, disse o promotor Lincoln Gakiya, do Grupo de Atuação Especial e Repressão do Crime Organizado (Gaeo), do Ministério Público de São Paulo. Trata-se de um movimento

silencioso, um passo fundamental na transformação de uma facção criminosa em uma organização mafiosa, o passo que parecia faltar para que uma gangue nascida no interior de um presidio se transforme em uma ameaça à segurança nacional. O **Estadão** ouviu

**“É muito mais interessante para seus integrantes (do PCC) ter acesso às Câmaras Municipais, onde são discutidos os contratos da coleta de lixo e as regras do transporte público e do uso e ocupação do solo”**  
**Lincoln Gakiya**  
**Promotor**

alguns dos mais importantes responsáveis pelo combate ao crime organizado e mostra, nesta série de reportagens, um diagnóstico do desafio para a segurança pública imposto pelos bandidos no País. “O PCC, pelo que vem sendo informado, está querendo se

infiltrar na administração pública e na vida política, elegendo representantes insuspeitos”, alerta o desembargador aposentado e ex-secretário nacional antidrogas, Walter Maierovitch. Esse é um processo que começou há 20 anos, quando Antonio José Muller Junior, o Granada, viu nos pe-rueiros de São Paulo uma oportunidade de negócios.

Granada foi condenado a 30 anos de prisão, na Operação Ethos, que investigou a Sintonia dos Gravatas, o departamento jurídico do PCC, e sua infiltração no Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana, Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, o chefe do PCC, também foi condenado no mesmo processo. Granada está preso e seu advogado, Eliseu Minichilo, não foi encontrado pela reportagem.

O crescimento das organizações criminosas põe em risco não apenas os moradores de comunidades afetadas pelo tráfico, mas até mesmo os chefes de Poderes, como o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco

(PSD-MG) e o da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e políticos como Sérgio Moro (União-PR), que tiveram seus passos vigiados a mando da cúpula do PCC. Por enquanto, os mafiosos brasileiros preferiram conviver com o Estado por meio da corrupção, em vez de desafiá-lo abertamente por meio do “chumbo”.

Quem explica a razão disso é Maierovitch. “Toda máfia, ou pré-máfia, é parasitária. O grande erro de Totó Riina (Salvatore Riina, chefe da Máfia da Sicília), segundo os colaboradores da Justiça, foi enfrentar o Estado, declarando-lhe guerra. Com a declaração de guerra e os ‘cadáveres de excelência’, como juízes, procuradores e policiais, a administração pública passou a cortar a ‘infiltração mafiosa’, sempre feita por interpostos empresários. A fonte secou”, afirmou.

Além de se infiltrarem no transporte público em São Paulo e em outras cidades do Estado, integrantes do PCC também teriam capturado contratos da área da saúde, da coleta de lixo e buscaram influenciar o uso e ocupação do solo em áreas de preservação ambiental. Para tanto, apoiaram ou financiaram candidatos nas eleições de 2016 e de 2020 em cidades como Arujá, Embu, Praia Grande, Santos e Campinas, conforme denúncias investigadas pela polícia. Em uma delas, o prefeito eleito nomeou um homem ligado à facção como secretário de governo. Em outra, os bandidos se apossaram da coleta de lixo. ● **MARCELO GODOY,**  
**HEITOR MAZZOCO E RAYANDESSON GUERRA**

## Eleições municipais viram palco de atuação de organizações criminosas

Em Arujá, na Grande São Paulo, o esquema era liderado, segundo as investigações, por um dos maiores traficantes do PCC: Anderson Lacerda Pereira, o Gordó, que se espelhou na colombiano Pablo Escobar. E, assim, fraudava licitações, empregava protegidos, ameaçava concorrentes e desviava medicamentos comprados pelo município para misturar à cocaína traficada pela organização. A Operação Soldi Sporch (dinheiro sujo, em italiano) levou para a cadeia, em 2020, o vice-prefeito da cidade, Márcio José de Oliveira, então no PRB (atual Republicanos).

No Ceará e na Bahia, bandidos do CV e milicianos montaram organizações para eleger vereadores e influenciar a política em municípios por meio de contratos milionários com o poder

público, a exemplo do que já faziam no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense. “Sabemos que esse é o próximo passo dessas organizações: a infiltração no poder público em busca de oportunidades de negócios para lavar o dinheiro do crime”, afirmou Rogério Sampaoli, superin-

**Pesquisa**  
**No País, o crime organizado afeta 48 milhões de pessoas, segundo levantamento do LatínoBarômetro, de 2020**

tendente da PF em São Paulo. No Estado de São Paulo, integrantes da Sintonia Final do PCC, o órgão máximo da direção do grupo, está entre os acionistas de empresas beneficiadas por repasses milionários do po-

der público, conforme mostram documentos e contratos analisados pela reportagem. Os bandidos estabelecem ligações, segundo os investigadores, com políticos de quase todos os partidos, da esquerda de centro à direita. Enquanto no Rio a Justiça Eleitoral procura barrar as candidaturas ligadas ou financiadas pelo crime, em São Paulo, o PCC começou a impor vetos à presença de cabos eleitorais de políticos adversários em comunidades dominadas pela facção na eleição de 2020 em cidades como Campinas e Praia Grande. Para os investigadores, esse cenário pode se ampliar nas periferias em 2024.

O secretário municipal de Mudanças Climáticas de São Paulo, Gilberto Natalini, alerta sobre relação da presença do PCC e a criação de lotes clandestinos na última década em áreas de mananciais e de Mata Atlântica. É este o cenário que faz as eleições de 2024 serem tão importantes para o crime organizado. ● **M.G., H.M. E R.G.**



**RIVERVIEW**  
CORPORATE TOWER

Traga sua empresa para o RiverView

**Lajes de 900 m² a 2.300 m²**

na região da Berrini.

Excelente localização com a **melhor condição do mercado.**

 **(11) 93219-5032**

[www.riverviewtower.com.br](http://www.riverviewtower.com.br)



A10

**POLÍTICA**

DOMINGO, 25 DE FEVEREIRO DE 2024  
O ESTADO DE S. PAULO

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : CONEXÕES POLÍTICAS

# Milicianos lançam familiares na política para manter influência em áreas do Rio

*Filha de Jerominho, chefe da 'Liga da Justiça' assassinado em 2022, é apontada como potencial candidata este ano*

RAYANDERSON GUERRA  
RIO

Em um Estado com um quarto do território dominado pelas milícias, o poder de grupos paramilitares no Rio se infiltra na política. Os grupos criminosos — formados, inicialmente, por ex-agentes das forças de segurança — ganharam escala com o apoio de parte da população sob a veste de “mal menor”. A expectativa pela proteção renegada pelo Estado, no entanto, se mostrou terreno fértil para a arbitrariedade, a coação e a violência. A dominação dos bairros rendeu frutos eleitorais. Nomes ligados a líderes de milícias foram eleitos e construíram dinastias políticas que perduram até hoje.

As milícias deram poder a clãs políticos em seus respectivos redutos e converteram influência sob força em votos. O ex-vereador do Rio Jerônimo Guimarães Filho, o Jerominho, foi condenado por chefiar a “Liga da Justiça”, uma facção com domínio na zona oeste do Rio. De líder miliciano a parlamentar, Jerominho foi policial civil durante a década de 1970. Morreu assassinado a tiros em agosto de 2022.

Três nomes ligados a Jerominho buscam manter a influência do clã na Baixada Fluminense e na capital do Estado. Carminha Jerominho, filha do miliciano, foi eleita vereadora em 2008. Um feito para o grupo que conseguiu eleger a herdeira de Jerominho mesmo presa em uma penitenciária federal de segurança máxima, acusada de coagir eleitores.

Um ano após ser eleita, Carminha foi cassada, mas voltou ao cargo em 2011 por decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Desde então, a herdeira do clã tenta voltar à cena política. Foi candidata em 2012 e 2020, mas não se elegeu. Este ano, seu nome é especulado para disputar novamente. Outros dois nomes próximos a Jerominho também tentaram se eleger em 2022 e fracassaram: Jamir Júnior, candidato a deputado estadual, e Sérgio Porto, o Coronel Porto, a deputado federal. Carminha, Jamir e Coronel Porto não responderam aos contatos do Estado.

Para o professor do Departa-



Bairro de Santa Cruz, na zona oeste do Rio; deputada estadual é investigada por suspeita de ligação com milicianos que atuam na região

mento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF) Lenin Pires, os milicianos buscam na política tradicional recursos para manter o controle da territorialidade. “Os grupos de extermínio no Rio de Janeiro sempre tiveram uma vinculação com a política. Sempre foi parte estratégica de grupos políticos para se estabelecer, para entrar em uma localidade, para estabelecer certa noção de ordem.”

**LIGA DA JUSTIÇA.** O elo com a milícia atinge também o irmão de Jerominho, Natalino Guimarães, outro ex-policial e ex-político carioso. Os dois foram eleitos na CPI das Milícias, em 2008, e, posteriormente, foram condenados por chefiar a Liga da Justiça.

O histórico familiar é semelhante: ex-policiais civis que alçaram voos políticos sob as hostes da milícia e ficaram uma década atrás das grades. Natalino foi cantor gospel antes de se eleger deputado estadual, em 2006. A filha de Natalino, Jéssica Guimarães, também tentou entrar na política. Em 2016, foi candidata a vice de Sued Haidar (PMB) na disputa pela prefeitura do Rio. A chapa não foi eleita.

O professor Ignácio Cano, coordenador do Laboratório de Análises da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV/UNERJ), destacou que as milícias buscam o poder na política por duas vias: a eleição direta de pessoas vinculadas a elas, como líderes dos grupos e fami-

*“Os chefes acabaram visados, processados e condenados, e a milícia aprendeu que não era um bom negócio você se candidatar”*

**Ignácio Cano**  
Coordenador do Laboratório de Análises da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

liares, e por meio de pessoas que utilizam a máquina criminosa em bairros da cidade para aumentar o acesso a eleitores em troca de futuras benesses.

“Tanto pode ser elas (milícias) que vão definir as candidaturas que melhor representam os seus interesses, como também há políticos que vão recorrer a elas em função do reconhecimento das mesmas e por estarem dotadas de uma certa capilaridade e com uma capacidade de exercer o constrangimento que pode resultar em votos”, disse o professor.

**NOME DO PAI.** Outra figura conhecida da política e das autoridades cariocas, Luiz André Pereira da Silva, o Deco, é ex-vedeador (PR-RJ). Ele foi eleito para a Câmara Municipal em 2008 e ficou preso entre 2011 e 2012. Acusado de homicídio, formação de quadrilha e extorsão, acabou condenado pela

Justiça do Rio a dez anos de prisão, em regime fechado, por integrar milícia que atuava nos bairros da Praça Seca, Campinho, Tanque e Quintino, nas zonas norte e oeste da cidade. Após deixar a prisão, passou a fazer campanha pelo filho, Daniel Carvalho (PTC), em 2020, para dar continuidade à trajetória do clã na política. Carvalho não foi eleito.

Na última eleição, o filho de Deco usou o nome do pai para atrair votos: Daniel Carvalho Deco. Mesmo após a derrota, o grupo planeja voltar à cena política em 2024 em mais uma candidatura à Câmara Municipal. O Estado não conseguiu localizar Daniel Carvalho.

O perfl de candidatos apoiados pelas milícias mudou ao longo dos anos, segundo o professor Ignácio Cano. “As milícias que foram mais perseguidas foram justamente aquelas que tinham mais visibilidade política. A Liga da Justiça, Jerominho... Essas pessoas que tinham se candidatado e sido eleitas, que juntaram controle violento da milícia com o controle do patrimonialismo brasileiro, de levar recursos públicos para área dominada.”

“Eles acharam que, ao se candidatar, estariam protegidos, com imunidade parlamentar, mais proteção. O que aconteceu foi o contrário. Os candidatos eleitos eram os milicianos mais conhecidos, os chefes da milícia. Os chefes acabaram visados, processados e condenados, e a milícia aprendeu que não era um bom negócio você se candidatar”, afirmou Cano.

**‘MADRINHA’.** Considerado o líder miliciano “mais procurado” do Estado do Rio, Luiz Antonio da Silva Braga, o Zinho, viu sua estrutura de poder paralelo ruir em dezembro do ano passado. Foragido desde 2018, ele se entregou à PF na véspera de Natal e foi encaminhado à Penitenciária de Bangu 1, de segurança máxima.

A prisão de Zinho expôs a influência do miliciano no Estado do Rio. Em 18 de dezembro, a deputada estadual Lúcia Helena Pinto de Barros, a Lucinha (PSD), foi afastada do cargo sob suspeita de envolvimento com a milícia. Ela foi alvo da Operação Batismo, deflagrada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público do Rio.

A investigação apontou que a deputada e uma assessora se encontraram ao menos 15 vezes com integrantes da milícia que atua na região de Campo Grande, Paciência e Santa Cruz, na zona oeste da capital fluminense. Há indícios de que a “madrinha”, como Lucinha foi identificada, atuou para soltar milicianos presos em operação do Batalhão de Rondas Especiais e Controle de Multidões.

Lucinha retornou ao cargo na semana passada. Em discurso na Assembleia Legislativa, afirmou não ter sido ouvida no processo. “Estou aguardando o acesso integral às investigações”, disse. Na rede social, negou envolvimento com organizações criminosas. “Nunca fui braço de milícia.” O Estado tentou contato com a deputada, sem sucesso. A defesa de Zinho não se manifestou. ●





## William Waack

### Jogo do perde-perde

Uma das bolhas comemora e outra lamenta o fato de o Congresso ser forte e o governo fraco. Para o País, é um jogo de soma zero. Lula diz que sabia da extraordinária mudança na relação de forças entre os poderes Legislativo e Executivo, mas preferiu confiar no gogó e no STF para enfrentar um problema que se tornou estrutural. O resultado não são apenas derrotas para o governo, como aconteceu nesta semana. É paralisia.

As principais questões de mérito em disputa entre os dois Poderes estão subordinadas ao embate político ideológico de curtíssimo prazo – a popularidade do presidente, agora sob

os cuidados de sua mulher (que ocupou parte do antigo estado maior petista). O exemplo mais evidente foi a questão da taxação das “blusinhas”.

Nela está embutido um debate mais amplo sobre como revivir a indústria nacional, ou seja, como tratar um setor vital para o emprego de qualidade, prosperidade, renda e projeção do País, e que vem diminuindo há décadas. A discussão surgiu um jabuti enfiado num programa de apoio à indústria automotiva. Virou um bate boca sobre “bugigangas”, que, segundo o presidente, atremem sobretudo mulheres.

A reforma tributária vai pelo mesmo caminho. Sua regula-

mentação é decisiva para toda a economia, mas vem sendo apontada por especialistas como um notável avanço do Fisco sobre o contribuinte. Duas dezenas de frentes parlamentares se articulam no Congresso para combater as propostas do Executivo (leia-se Receita). Promete ser um longo embate entre um Congresso dedicado a proteger interesses setoriais contra um governo que só pensa em arrecadar.

A disputa em torno da oneção/desoneração de folhas de pagamento acabou exibindo o uso por parte do governo do STF como instrumento de política frente ao Congresso. O resultado é um considerável dano para a própria legitimidade do Su-

premo, já corroída por vários outros episódios. Ficou totalmente ofuscada a questão de fundo: desonerar é uma política pública na qual vale a pena insistir?

O Congresso é forte mas não tem uma direção central, a não ser quando se trata de defender um “bem comum” a todos os parlamentares, que são as emendas. Tem imposto limites ao Executivo e sinaliza ao STF a disposição de ir ao confronto no caso da regulamentação de redes e combate à fake news, por exemplo. É o que parece estar incentivando a proclamada “autocontenção” de ministros da Corte.

Mas, por ser tão fragmentado e não contar com partidos

dignos desse nome, o Congresso forte não se constituiu numa instância capaz de “pensar” o País de forma organizada.

E o governo é fraco não só por ser minoritário no Legislativo, mas pela falta de estratégias e planos bem definidos, começando por uma política econômica que se resume até aqui em arrecadar e gastar esperando que as coisas se arrumem (quando não está propondo reeditar esquemas antigos que fracassaram). As bolhas enxergam “vitórias” e “derrotas” onde de no momento somos todos perdedores. ●

SEB, Carlos Pereira e Diego Scheij (jornalismo) • TER, Elaine Cantanhede e Carlos Andreazza • QUA, Vera Rosa e Marcello Godoy (jornalismo) • QUL, William Waack • SEX, Elaine Cantanhede • SÁB, Carlos Andreazza • DOM, Elaine Cantanhede e J.R. Guzzo

## São Paulo

# Indiciado por associação ao PCC se apresenta como dirigente do PRTB

*Tarcísio Escobar foi nomeado presidente do partido por três dias; ele segue atuando em nome da legenda no Estado*

HEITOR MAZZOCCHI

O Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) nomeou como presidente do diretório paulista um indiciado por associação para o tráfico e organização criminosa em investigação da Polícia Civil envolvendo o Primeiro Comando da Capital (PCC). O PRTB anunciou na última sexta-feira o empresário e coach Pablo Margal como pré-candidato à Prefeitura de São Paulo. No dia 18 de março deste ano, a legenda designou Tarcísio Escobar de Almeida para responder por ela em âmbito estadual. Três dias depois, ele foi desligado oficialmente. Apesar disso, Escobar continua a participar de encontros políticos nos quais ainda se apresenta como presidente da sigla.

Conforme apurou o **Estado**, ele participa de atos em sedes da legenda e articula politicamente em nome do PRTB, firmando alianças da sigla em todo o Estado. Os dados foram levantados junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Polícia Civil de São Paulo e Minis-



Dados do TSE sobre nomeação de Tarcísio Escobar no PRTB de SP

rio Público Estadual (MPE). O indiciamento de Tarcísio Escobar pela polícia paulista ocorreu em julho de 2023. A investigação contra ele se iniciou após documentos que indicaram sua suposta relação com a facção serem apreendidos com um criminoso preso em flagrante.

A reportagem confirmou o indiciamento com integrantes da Polícia Civil, que reforçaram que outros desdobramentos do caso continuam em apuração.

Tarcísio Escobar não aparece na lista de filiados do partido e, segundo o sistema do TSE, está com o título eleitoral suspenso. Mesmo assim, continua figurando em vídeos e eventos públicos como líder paulista do PRTB, negociando a adesão da legenda a pré-candidatos em cidades paulistas.

*“Tarcísio Escobar não faz parte do diretório estadual do PRTB de São Paulo e, portanto, não possui legitimidade para falar em nome do partido. Embora tenha atuado na gestão anterior, ele foi mantido no posto provisoriamente por apenas três dias”*

**Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)**  
Em comunicado oficial

Em alguns casos, os eventos acontecem nas sedes municipais do PRTB. Ontem, ele publicou imagens na região de Rio Preto, com pré-candidatos de Olímpia e Catanduva.

Além do indiciamento por

associação ao PCC e ao tráfico, Tarcísio Escobar também foi condenado em primeira instância por estelionato em Poá, na Grande São Paulo, e responde pelo mesmo crime em Barueri, também na região metropolitana.

Ele foi colocado de maneira provisória no comando do partido em âmbito paulista, depois de Leonardo Alves de Araújo, conhecido como Leonardo Avalanche, assumir o comando da legenda na esfera nacional em fevereiro deste ano. Hoje, o presidente estadual da legenda em São Paulo registrado no TSE é Joaquim Pereira de Paulo Neto, que não foi localizado pelo **Estado**.

Procurado, Leonardo Avalanche não explicou as razões de Tarcísio Escobar ter sido registrado como presidente e retirado formalmente da direção três dias depois. Sobre ele continuar articulando e se apresentando como presidente da legenda, Avalanche disse ter visto Escobar em alguns eventos, mas alegou não ter contato com ele. “Não, não fiquei ciente, desconheço isso (indiciamento de Escobar). Mas ele se apresenta como presidente? Ele não está ativo no partido. Não tenho muito contato. Vi ele em alguns eventos, mas igual eu vejo (outros) em todos os Estados também. Agente não definiu um grupo e eu sou recente na direção”, argumentou ao **Estado**.

**SEM RESPOSTA.** Escobar e um advogado que figura em sua defesa em um processo criminal foram procurados, mas não responderam à reportagem até a noite de ontem. Pablo Margal foi procurado por meio de sua assessoria, que se limitou a afirmar que a informação estava equivocada. Ao ser questionado novamente, não respondeu se sabia do indiciamento de Es-

cobar.

O PRTB afirmou, em nota divulgada após a publicação da reportagem, que Tarcísio Escobar não faz parte do diretório estadual de São Paulo “e, portanto, não possui legitimidade para falar em nome do partido”. “Embora tenha atuado na gestão anterior, ele foi mantido no posto provisoriamente por apenas três dias, enquanto ainda estávamos reformulando a nova equipe da atual direção”.

Uma semana depois de deixar oficialmente a presidência estadual do partido, Tarcísio Escobar se encontrou com o vice-prefeito de Santo André, Luiz Zacarias (PL), em São Paulo. O vídeo do encontro, publicado por Zacarias no dia 27 de março no Instagram, contou com a presença do deputado federal Fernando Marangoni (União-Sp), que apresenta Tarcísio Escobar como “presidente estadual do PRTB em São Paulo” e declara apoio a Zacarias como pré-candidato em Santo André.

Procurado anteontem, Zacarias não havia se manifestado até a noite de ontem.

**‘SURPREENDIDO’.** “É com profunda indignação que posso reconhecer as denúncias veiculadas ao senhor Tarcísio Escobar. Fui surpreendido pela imprensa com denúncias a respeito do presidente do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), contrárias aos valores e princípios que regem a minha trajetória política”, afirmou Marangoni. Ele disse que encaminhou o caso ao jurídico do União Brasil, ao qual é filiado.

Em uma série de reportagens divulgadas nos últimos meses, o **Estado** mostrou o do PCC com o poder público. Os supostos envolvimento vão desde fraude em licitações até nomeações. ●





## ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024

# Articuladores de sigla de Pablo Marçal trocavam carros por cocaína, diz polícia

— *Investigação apura envolvimento de dois homens da confiança do presidente nacional do PRTB em operações de tráfico de drogas do PCC; indiciados, eles alegam inocência*

HEITOR MAZZOCO  
MARCELO GODDY

Antigos aliados do presidente nacional do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) e articuladores informais da legenda de Pablo Marçal foram indicados, em investigação da Polícia Civil, por trocar carros de luxo por cocaína para o Primeiro Comando da Capital (PCC), financiando o tráfico de drogas e dividindo os seus lucros. A apuração policial envolve Tarcísio Escobar de Almeida, ex-presidente estadual do PRTB – partido pelo qual o influenciador digital disputa a Prefeitura de São Paulo –, e Júlio César Pereira, o Gordão, sócio de Escobar que participou de eventos do PRTB.

Com forte atuação nas redes sociais, a candidatura de Marçal tem crescido nas pesquisas de intenção de voto. No levantamento da AtlasIntel divulgado ontem, ele aparece com 16,3%, atrás do deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), com 28,5% das intenções de voto, e do prefeito Ricardo Nunes (MDB), com 21,8% (*mais informações na página ao lado*).

Escobar e Gordão eram homens de confiança de Leonardo Alves Araújo, o Leonardo Avalanche, presidente nacional do PRTB e fiador da candidatura de Marçal. No dia 18 de março, Avalanche nomeou Escobar para ocupar a presidência estadual da legenda em São Paulo, mas ele ficou apenas três dias no cargo, sendo afastado, oficialmente, porque “não tinha título de eleitor”.

Mesmo assim, Escobar continuou a se apresentar como presidente estadual do partido em reuniões políticas até o caso ser revelado pelo **Estado** em maio. Ele chegou a participar de eventos com a presença de Marçal, que se filiou ao PRTB em 5 de abril e teve sua pré-candidatura confirmada pela legenda em 24 de maio. Apesar da atuação nos bastidores, Escobar, Gordão não foram vistos em agendas públicas do candidato do PRTB na campanha eleitoral, como debates, sabinatas e caminhadas pela cidade.

Procurados, os indiciados negaram qualquer ligação com a facção criminosa. Avalanche disse ter rompido com Esco-

bar após as primeiras notícias do **Estadão**. Depois da publicação da reportagem, Marçal comentou pelas redes sociais não pedir “certidão negativa de ninguém”. “Já tirei 20 mil fotos nessa campanha.” Em entrevista recente, antes do debate na TV Band, ele afirmou que Avalanche é quem devia explicações sobre as suspeitas.

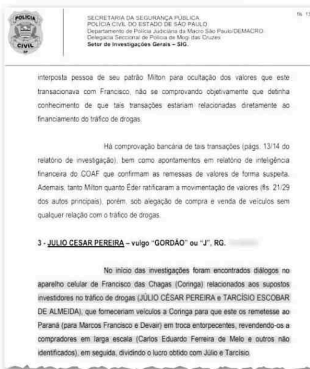
**PEN DRIVE.** Escobar e Gordão foram indicados pela polícia em 2023. As investigações continuam. Foram iniciadas em 6 de agosto de 2020, quando os policiais apreenderam com Francisco Chagas de Sousa, o Coringa – dono de uma adega na zona leste de São Paulo –, uma arma, drogas, um telefone celular e um pen drive. Segundo a polícia, no pen drive havia “material relacionado ao controle de integrantes do PCC”.

A 1.ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital autorizou a continuidade das investigações, que concluíram que Coringa atuava “diretamente” no tráfico interestadual. Ele usava automóveis como forma de pagamento de drogas que adquiria no Paraná e para transportar entorpecentes aos seus “clientes”, traficantes “em larga escala” na Paraíba e em São Paulo. Nas conversas telefônicas de Coringa, os policiais acharam ligações para Gardêio.

O nome de Escobar surge em 30 de julho de 2020. Naquele dia, Gordão pede a Coringa ajuda para vender uma BMW X5. E diz que Escobar lhe explicaria o negócio. Segundo os investigadores do caso, o lucro do tráfico de drogas obtido por Coringa seria dividido com Gordão e Escobar.

"Nos diálogos mantidos entre ambos (*Coringa e Gordão*), ficou evidente tratar-se de negociação de veículos com o fim de que sejam trocados por drogas", escreveram os investigadores chefiados pelo delegado Alex Endo, da Delegacia Seccional de Mogi das Cruzes.

Embora a droga não passasse diretamente pelas mãos dos acusados, afirmam os policiais, eles tinham pleno conhecimento de que os valores que entregavam a Coringa, "seja em espécie ou por meio de automóveis", seriam usados para a aquisição de



**Trecho do inquérito que cita os nomes de Gordão e de Escobar**

drogas, "gerando lucro exorbitante – ou seja, que jamais aufeririam se houvesse uma mera comercialização de carros".

De acordo com a polícia, o esquema funcionaria da seguinte forma: Escobar e Gordão, investidores no tráfico, entregavam veículos a Coringa, que os enviava ao Paraná para serem trocados por grandes quantidades de drogas. Os entorpecentes eram então revendidos a compradores em larga escala e o lucro obtido era dividido entre os três.

### Acusação

**Na campanha, Marçal tem insinuado, sem apresentar provas, que Boulos (PSOL) é usuário de cocaína**

**EVENTOS DO PRTB.** Apesar de ter figurado oficialmente como presidente estadual do PRTB por apenas três dias, Escobar participou de diversos

eventos e encontros partidários depois de seu afastamento, ainda em março. Nessa lista há, inclusive, uma reunião na Assembleia Legislativa de São Paulo ao lado de Avalanche. Segundo o advogado Joaquim Pereira de Paulo Neto, que se tornou presidente da legenda em São Paulo, o verdadeiro comandante da sigla ainda era Escoc

Uma semana depois de deixar oficialmente a presidência

Em oficialmente a presidente partidária, Escobar teve um encontro com o vice-prefeito de Santo André, Luiz Zacarias (PL), como representante do PRTB. Zacarias disputa a eleição deste ano e nega conhecimento sobre as investigações envolvendo Escobar. Em abril, o ex-presidente do PRTB paulista participou de evento de apoio ao pré-candidato Marcelo Lima (Podemos), em São Bernardo do Campo, também no ABC Paulista.

A Assessoria de Imprensa de Lima afirmou que a construção da aliança com o PRTB, para a eleição de prefeito em São Bernardo do Campo, passou por um contato direto com a Executiva Nacional do PRTB, sem influência do Diretório Estadual. "Salientamos ainda que nunca existiu qualquer associação direta com a pessoa mencionada na matéria."

Há registros de locação de aeronave para participação de reuniões políticas em Marília, interior paulista, em viagem feita em maio por Marçal e Escobar, entre outros. Na ocasião, eles se encontraram com João Pinheiro, então pré-candidato pelo PRTB na cidade. Escobar também participou de encontros nas regiões de São

José do Rio Preto, Olímpia e Catanduva, sempre se apresentando e sendo apresentado como presidente do partido.

**ALIANÇAS.** A atuação pública

de Gordão no partido foi mais discreta. Ele aparece apenas em uma reunião política em Pindamonhangaba. O encontro ocorreu em abril e reuniu o então pré-candidato Ricardo Piorino (PL) para discutir alianças para este ano. Por nota, Piorino afirmou que não há relação entre os integrantes do PRB da cidade com os investigados. "Temos a informar que nossa coligação 'Pinda Pinta Frente' é integrada pelo PRB, todavia não existe nenhum outro vínculo que não seja político-partidário", disse.

Em junho, após o **Estadão** revelar o indiciamento de Escobar por associação ao PCC, ele e Avalanche romperam. O motivo, porém, teria sido político. As divergências partidárias em âmbito nacional aumentaram com acusações feitas por ex-aliados de Avalanche. Em vídeo, Joaquim de Paulo Neto e Escobar afirmaram que Avalanche não cumpriu acordos e se sentiam traídos. ●

COLABOROU ADRIANA VICTORINO

**MP INVESTIGA CONSTRUTORA POR SUSPEITA  
DE LAVAR DINHEIRO DO PCC. PÁG. A19**



AG



POLÍTICA

TERÇA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2024  
O ESTADO DE S. PAULO

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024

# Investigações revelam investida do PCC para eleger candidatos da facção

*Inquéritos policiais mostram que organização criminoso utiliza dinheiro do tráfico de drogas para tentar emplacar vereadores e, assim, capturar setores do poder público*

## ESTADÃOANALISA

MARCELO GODOY  
HEITOR MAZZOCCO

**A**nderson Lacerda Pereira, o Gordão, teve uma grande ideia em 2016, como muitas que ele registrava em cadernos, com uma caligrafia clara: financiar a chapa de um candidato a prefeito na cidade de Arujá, na Grande São Paulo. Deu certo. Em pouco tempo, o megatrâficante de drogas que sonhava seguir os passos do colombiano Pablo Escobar se apoderou da coleta de lixo e da Secretaria da Saúde do município.

Aos poucos, além de empregar em hospitais da cidade apadrinhados da facção, Gordão passou a desviar fentanil, um opioide. O desaparecimento de um antigo funcionário do tráficante – a polícia suspeita que seu corpo tenha servido de alimento para jacarés que Gordão mantinha em um sítio – levou a polícia a descobrir o esquema durante a Operação Soldo Sporchi (dinheiro sujo).

De 2016 para cá a investida se expandiu. Quatro anos depois, candidatos tucanos foram impedidos de fazer campanha em comunidades dominadas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) em Campinas, em Santos e na Praia Grande. Áudios com ameaças a candidatos foram encontrados pela polícia, que passou a acompanhar carretas e atos de campanha dos tucanos em Santos.

Este ano, a campanha mal começou e a sombra do PCC já ameaça partidos e candidatos. Não apenas como alvo dos criminosos, mas também de um esquema de infiltração nas eleições patrocinado por investigadores por supostos vínculos com a facção. Foi o que mostrou a Operação Decurio, deflagrada pela Delegacia Seccional da cidade de Mogi das Cruzes.

O juiz Paulo Fernando Derrama de Mello, da 2ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital, decretou o bloqueio de R\$ 8,1 bilhões em bens relacionados ao PCC e medidas restritivas de direito contra dois candidatos a vereador – Marie Sassaki Obam (União



Operação Salus et Dignitas, aberta na semana passada em SP; um dos alvos da ação contra o PCC já se candidatou à Câmara Municipal

Brasil) em Mogi das Cruzes e Thiago Rocha de Paula (PSD) em Santo André –, proibindo-os de se ausentar das comarcas e de sair de casa no período noturno, além de não poder exercer cargo, emprego, função pública ou mandato eletivo. O chamado “núcleo político” do grupo seria liderado por João Gabriel de Mello Yamawaki, um dos responsáveis por um dos maiores esquemas de lavagem de dinheiro da facção. Ele teve a prisão decretada.

**Restritivas**  
Juiz decretou medidas restritivas contra dois candidatos a vereador em Mogi e em Santo André

Para os investigadores, Marie Sassaki Obam “está apoiada pela facção”. O nome de Marie consta na ata da convenção do União Brasil da cidade como candidata a vereador. “Ao longo da investigação ficou confirmado que tem um relacionamento estável com João Gabriel e reside com o mesmo e com seus filhos em um condomínio de luxo em Mogi das Cruzes”, diz a investigação. O União Brasil cancelou a candidatura de Marie Sassaki Obam. Sua defesa, que também representa João Gabriel Yamawaki, afirmou que as acusações são infundadas e ca-

recem de provas. A reportagem ligou para Thiago de Paula e deixou recado, mas não houve resposta.

**DIRIGENTE.** Foi também de Mogi que saiu, pouco tempo antes, a primeira notícia de envolvimento de um líder partidário com a facção. O Estadão mostrou que o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) teve na presidência Tarcísio Escobar de Almeida, indiciado por associação para o tráfico e organização criminosa: o PCC. Trata-se do partido do empresário e influenciador Pablo Marçal, candidato à Prefeitura de São Paulo.

Três dias depois de ser nomeado, Escobar foi desligado oficialmente. Apesar disso, ele continua a participar de encontros políticos nos quais se apresenta como presidente da legenda. Agora é a vez de o presidente nacional do partido, Leonardo Avalanche, ser flagrado em áudio afirmando ter ligações com a facção. O PRTB e os citados negam irregularidades.

**TRANSPORTE.** Neste ano, o Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaecc) deflagrou a Operação Fim da Linha, a maior feita até o momento contra a captura do transporte público pelo crime organizado. Além do bloqueio de R\$ 684 milhões em bens, a operação obteve a Jus-

tiça a intervenção nas empresas de ônibus UP Bus e Transwólf porque o capital social delas teria sido constituído com dinheiro do tráfico de drogas de integrantes da facção.

Entre os acionistas da UP Bus, por exemplo, estão líderes do PCC e seus parentes. Esse era um fato conhecido desde 2022, quando foi feita a primeira operação policial contra a presença da facção na empresa. Apesar disso, a UP Bus continuou a receber milhões em repasses da Prefeitura e novos contratos foram assinados por Ubiratan Antonio da Cunha, preso recentemente por ameaçar testemunhas. A Prefeitura alega que apurava o caso, no entanto a farda do PCC só acabou após a ação do Gaecc.

**CÂMARA MUNICIPAL.** Já o inquérito sobre as ligações da Transwólf com o crime organizado atingiu o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite (União Brasil), que teve os sigilos bancário e fiscal quebrados pela Justiça em razão de suposta ligação com chefes da empresa. Leite repudiou as suspeitas, contudo a investigação está em curso. A situação em São Paulo se estende da periferia, onde atuam as empresas de ônibus suspeitas, ao centro, onde a Operação Salus et Dignitas (saúde e dignidade) surpreendeu um ecossistema criminoso que

unha guardas-civis e policiais militares a bandos do PCC na exploração de oportunidades e negócios que iam da venda de proteção para comerciantes ao tráfico de armas e drogas. Foi na região da Cracolândia que o PCC estabeleceu seu domínio no coração da cidade, sob os ordens de Leonardo Monteiro Moja, o Leo do Moimão.

**VIGILÂNCIA.** E no grupo de Leo do Moimão, mais uma vez, apareceu a sombra do PCC na política. É que entre os presos da Operação Salus et Dignitas figurava Janaina da Conceição Cerqueira Xavier, acusada de estar entre os responsáveis pelo esquema de vigilância das comunicações policiais montado na Favela do Moimão, Janaina foi candidata a vereador pelo PT em 2020, quando obteve 283 votos. O partido procurou se desvencilhar da história de Janaina e afirmou que a acusação contra ela não existia à época da candidatura.

Os fatos servem de alerta aos partidos. Do PT ao PRTB de Marçal, passando pelo MDB do prefeito Ricardo Nunes e pelo União Brasil de Milton Leite. Ainda operação contra o crime organizado, uma nova ligação do submundo mafioso com a política é descoberta, o que demonstra às legiões a necessidade de criar mecanismos para evitar a infiltração das facções. ●



DOMINGO, 6 DE OUTUBRO DE 2024  
O ESTADO DE S. PAULO

ESPECIAL 09

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024



Eliane Cantanhêde  
E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede  
Facada em Boulos

Correto seria que o ultraje contra Guilherme Boulos funcionasse a favor de Boulos, como a facada de Adílio em Jair Bolsonaro avançou a vitória de Bolsonaro em 2018. Mas não. Desta vez, títulos, fotos, análises e repercussões focam o criminoso, não a vítima. Calmos todos na sua armadilha, ou na estratégia demoníaca de sugar não apenas a eleição em São Paulo, mas toda a eleição de 2024 e toda a mídia para um único eixo, um único nome.

Com milhões de indecisos, desinformados, irritados ou querendo ver o circo pegar fogo, imaginem o eleitor que não presta a devida atenção à eleição

ção e se vê numa fila para votar e de cara com uma urna. Acaba votando no antídoto ou no primeiro nome que lhe vem à mente: aquele que todos nós passamos meses e meses falando dia e noite.

Depois do debate da Globo, eis uma das perguntas mais frequentes nas redes: "quem é o prefeito de São Paulo?" Os eleitores não sabem o nome de Ricardo Nunes, que ocupa o cargo há dois anos, é apoiado, em tese, por Bolsonaro, o governador Tarcísio de Freitas e 12 partidos, participou de todos os debates e teve 65% do tempo de rádio e TV. Mas todos sabem o nome "dele", o adversário direto de Nunes no 1º turno.

O método é simples, óbvio e de uma eficácia atordante: o boné, ostentação, camisetas, grosseria, provocação, agressividade, o script milimetricamente pensado: a irritação dos adversários

**Golpe final para manter toda a eleição e todos nós em torno de um único eixo, um único nome**

rios até levar a cadeia, o apoio no marqueteiro de Nunes, ascensão da ambulância e do hospital, a mensagem da "costela quebrada", o "gesso cenográfico" retinido no dia seguinte para ampliar

o alcance da cafajestagem.

Palou-se do gesso, da falsidade do gesso e, por fim, da retidão do gesso. Coisa de gênio, gênio da propaganda, fake news, redes. E do mal, A fórmula da Donald Trump e os algoritmos da internet são um sucesso estrondoso e se espalham pelo mundo com a rapidez e o mesmo efeito devastador das queimadas na Amazônia.

Pense bem. O "laudo" incriminando Boulos explodiu uma sexta-feira à noite, a dois dias da eleição, o médico que o "assistava" já morreu, seu CRM não existe mais, a identidade estava errada, a assinatura diferente e, não piscar de olhos, pipocam fotos da amizade

de dono da clínica com o autor da barbárie. E mais: Boulos não estava em clínica nenhuma naqueles dias e sim, vejam bem, distribuindo cestas básicas na periferia.

Não foi preciso mais que alguns minutos, uns tantos telefonemas e uma passada de olhos para concluir que o "laudo" foi uma farsa para ser rapidamente demolida como farsa, com rastros expostos à luz do dia. Logo, o objetivo não era atingir Boulos, era mais uma vez sugar todos nós e toda a eleição para o mesmo eixo, o mesmo nome. O golpe fatal. ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELBORADO, DA RÁDIO JORNAL, PEI E DO TELEJORNAL ELBORADO EM PAUTA

SEG. Carlos Pereira e Diego Schep (quintzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazzo ● QUA. Vera Rosa e Marcello Godoy (quintzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SAB. Carlos Andreazzo ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Duzos

PCC se destaca como a sigla mais citada na campanha

Acusações de ligação com a facção criminosa motivaram polêmicas e ações judiciais em SP; só três candidatos, porém, foram barrados

HEITOR MAZZOCCO  
MARCELO GODDY

Não foi o PL, o PSOL, o MDB, o PSD ou o PT. A sigla mais citada nas campanhas foi PCC (Primeiro Comando da Capital), presente na boca dos candidatos em São Paulo desde o primeiro debate. Só recentemente houve três investigações que decretaram um esquema milionário da facção para financiar candidaturas, além de flagrar integrantes de partidos negociando drogas e apurar a captura de parte do transporte público pelos crime organizado.

Os casos citando a facção criminosa entraram na disputa também por meio de ações na Justiça Eleitoral. Se a capital concentrou os mais conhecidos embates, cidades pequenas e médias também foram sacudidas por acusações. "O cenário atual é de aumento da presença da facção nas eleições", afirmou o delegado Fabrício Intelizano, responsável pela Operação Decurio.

Autor do livro *Máfia, Poder e Antimáfia* (Editores Unesp), o desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo Wálter Fangiellini Maurovitch disse não se surpreender

com a atuação do PCC nas eleições. Isso porque a dinâmica da infiltração é parecida com a ocorrida na Itália — com a Cosa Nostra, por exemplo, na Sicília. "Você pode pegar reportagens antigas do *Estadão* e ver que eu estou sempre batendo nisso, há muitos anos."

Segundo ele, a máfia impõe suas leis e interesses. "É a tem controle social e manda na sociedade. E ela tem interesse no Estado, atua como um parasita, para pegar o poder", afirmou o jurista, para quem o PCC segue o mesmo rito.

Para o cientista político José Álvaro Moisés, da Universidade de São Paulo (USP), a presença do PCC é um dos aspectos mais dramáticos do pleito. "A progressiva degradação do processo político propriamente dito criou, de um lado, uma síndrome de desconfiança, rejeição e distanciamento das pessoas das instituições e do mundo da política, e de outro, um vazio que foi sendo ocupado por um novo tipo de players que, longe do processo político oficial, atendem a algumas necessidades da base da sociedade, falando a linguagem que essa base entende e assim se legitimando", disse ele.

INTERIOR. A citação do PCC

**"A progressiva degradação do processo político propriamente dito criou, de um lado, uma síndrome de desconfiança, rejeição e distanciamento das pessoas das instituições e do mundo da política e, de outro, um vazio que foi sendo ocupado por um novo tipo de players que, longe do processo político oficial, atendem a algumas necessidades da base da sociedade, falando a linguagem que essa base entende e assim se legitimando"**  
José Álvaro Moisés  
Cientista político

em disputas eleitorais se dá por todo o Estado, espalhando-se para além da Grande São Paulo e do litoral. A polêmica ligando um candidato ao crime organizado sacudiu, por exemplo, a eleição em São José do Rio Preto, a maior cidade do noroeste do Estado, com 408 mil habitantes. Ela atingiu o deputado estadual Itamar Borges (MDB), candidato a prefeito à frente de uma coligação que une 12 le-

gendas. Fotos de uma reunião com um vereador da cidade e outros 11 homens foram divulgadas em redes sociais. Nelas estava Alison Takashi, condenado a cinco anos de prisão por ter sido detido com 2,7 quilos de crack. Ao mesmo tempo, se dizia que ali havia uma liderança da facção. A reportagem não localizou Takashi.

A defesa de Itamar entrou com uma ação na Justiça Eleitoral e forneceu os números de três telefones que teriam sido usados para divulgar fotos e textos contra o candidato. A suspeita é de que a acusação de ligação com o PCC seja responsabilidade de adversários. Seu advogado, Valdemar Alves dos Reis Júnior, declarou ao *Estadão* que atua desde 2010 em campanhas eleitorais no Estado e que está é a primeira eleição em que o PCC passou a ocupar um espaço central na campanha.

**CAPITAL.** A campanha em São Paulo foi marcada por acusações. Apenas no mês de setembro, cinco processos foram protocolados com pedidos de direito de resposta, envolvendo os candidatos Pablo Marçal (PRTB), Ricardo Nunes (MDB) e Tabata Amaral (PSB). A deputada federal foi a que mais explorou o tema. Em

uma publicação, citou "P de Pablo, C de coach e C de criminoso", em referência a articuladores de Marçal investigados pela Polícia Civil. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP) negou direito de resposta.

Em 29 de maio, o *Estadão* mostrou que Tarcísio Escobar, que presidia o PRTB em São Paulo, foi indiciado por assolação ao tráfico e ao PCC.

Outras ações ainda tramitam sem decisão do TRE. No primeiro debate, transmitido pela TV Bandeirantes em 8 de agosto, José Luiz Datena (PSDB) foi o primeiro a citar a facção. Acusava o prefeito de não combatê-la e se valia das investigações que apuram a ligação do crime organizado com empresas de ônibus da capital — Transwólf e U'Bus, alvos da Operação Fim da Linha, de abril.

A Fim da Linha foi seguida por outras que colocaram o PCC no centro das campanhas, como a Operação Decurio, da Seccional de Mogi das Cruzes. "Os integrantes da facção querem entrar na política não para ter influência, mas para ter lucro", observou o delegado Fabrício Intelizano.

Na Decurio, houve bloqueio de R\$ 8,1 bilhões e a descoberta de um "núcleo político" da facção, que seria liderado por um empresário acusado de chefiar um dos esquemas de lavagem de dinheiro da facção.

Por enquanto, apesar das acusações, apenas três candidaturas a vereador foram cassadas pela Justiça Eleitoral, duas de flagrados pela Decurio. Em Mogi, foi indeferido o registro de Edilson Ricardo da Silva (PRTB), condenado por fazer parte de uma quadrilha que atacou uma companhia da PM para dominar a cidade de Guararema, em 2009. ●



ELEIÇÕES 2024 O CRIME EM CAMPANHA

# CAMPO MINADO NO CORAÇÃO DA AMAZÔNIA

## AVANÇO DE FACÇÃO DO RJ POR MANAUS DEIXA CANDIDATOS REFÊNS DO TRÁFICO



RAFAEL SOARES  
rafael.soares@terra.inf.br  
MANAUS (AM)

Passava das 9h quando a caminhonete preta blindada virou a esquina da Rua Canela, no bairro Jorge Teixeira, Zona Leste de Manaus (AM). Após avançar pelo emaranhado de casas com tijolos aparentes, o carro parou ao final da via, e o candidato a prefeito Amom Mandel (Cidadania) desembarcou, acompanhado de uma pequena comitiva — um motorista, um cinegrafista e assessores. O objetivo da visita era gravar um programa eleitoral sobre um buraco de mais de um metro de profundidade na calçada: na peça, Mandel sairia da cratera, em referência ao personagem Super Mario, para denunciar “o descaso da prefeitura com a população local”. Em menos de cinco minutos, porém, a gravação foi interrompida por uma saravada de fogos de artifício. Na sequência, um homem com um radiocomunicador na cintura se aproximou e chamou o próprio Amom: “Você não pode fazer campanha aqui, só o nosso candidato. Desliguem tudo e saiam. Agora”.

A presença ostensiva do crime organizado na capital amazonense também já constrangeu aquele que seria o alvo do esquete de Mandel. No fim de agosto, o prefeito David Almeida (Avante), candidato à reeleição, denunciou a uma emissora local que foi ameaçado por um traficante enquanto gravava para seu horário político no conjunto habitacional Viver Melhor, na Zona Norte — o maior empreendimento do programa Minha Casa Minha Vida no país, onde moram cerca de 55 mil pessoas. “Recebi um comunicado de que a pessoa que manda na área disse que ninguém faria campanha lá”, relatou.

— Em Manaus, a campanha é um campo minado: cada lugar tem um dono, que determina quem pode ou não falar com o eleitor — resumiu Amom Mandel durante uma caminhada acompanhada pelo GLOBO no início de setembro na comunidade União da Vitória, na Zona Oeste.

Minutos depois, o grupo teve de deixar o local a mando de traficantes, incomodados com a presença de policiais entre os seguranças do candidato. Os muros da favela são repletos de

pichações do Comando Vermelho (CV), facção fluminense hegemônica na cidade.

O GLOBO ouviu relatos sobre a interferência do tráfico na campanha em Manaus de sete candidatos a prefeito e a vereador, por seis partidos diferentes — da esquerda à direita. No primeiro capítulo de uma série especial sobre os impactos da atuação do crime organizado nas disputas eleitorais, que começa a ser publicada hoje, o GLOBO mostra como facções alimentam o crescimento urbano desenfreado no coração da Amazônia, avançando inclusive sobre a floresta, em um fenômeno que restringe a escolha do eleitor e coloca a democracia sob ameaça no maior município do Norte do Brasil. Elaboradas a partir de 30 entrevistas com políticos, cabos eleitorais, líderes comunitários, policiais, promotores e especialistas, e da análise de duas mil páginas de documentos como processos e inquéritos, as reportagens destrincharão como traficantes, milicianos e grupos de extermínio cerceiam as eleições de modo distinto pelas cinco regiões do país.

Entrepósito de uma das principais rotas do tráfico de drogas do país, Manaus assistiu, na última década, à expansão das facções por sua malha urbana — e, simultaneamente, virou terreno fértil para a infiltração do crime organizado no processo eleitoral. Na Zona Leste, traficantes anunciam acordos com candidatos em troca de obras públicas, como o asfaltamento de vias, e vetam a presença de outros postulantes. Em outras regiões, políticos são obrigados a pagar “pedágios” em dinheiro ou cestas básicas para fazer campanha. O tráfico também impõe seu próprio código eleitoral nas periferias e proíbe moradores de comparecer a eventos políticos ou usar material de campanha e até de declarar voto nas redes em nomes não cancelados.

As restrições impostas pelo tráfico começam antes mesmo do início do período eleitoral. Um ativista pela causa da moradia, sob anonimato por temer represálias, conta que ainda era pré-candidato a vereador quando foi expulso por traficantes da comunidade do Coliseu, na Zona Leste, em 25 de maio. A favela surgiu há cerca de dez anos da ocupação irregular de um terreno destinada à ampliação do Polo Industrial de Manaus e abriga hoje 20 mil famílias — boa parte ainda sem acesso a esgoto, luz



Escoamento. Rio Negro, que cruza Manaus, se junta ao Solimões em rota hidroviária explorada por traficantes cariocas



Centro Histórico. Região turística da capital amazonense não é poupada da influência de facção



Cena comum. Pichações com a sigla do bando que se tornou hegemônico na cidade são vistas por quase todos os bairros

ou água potável. Nem viaturas circulam regularmente pelo Coliseu: a polícia só entra na região, dominada pelo CV, em ações pontuais e com o apoio de unidades especializadas.

Na ocasião, o político foi até um ponto alto da comunidade para fiscalizar, com um drone, o andamento das iniciativas de regularização fundiária tocadas pela prefeitura. Logo após ligar o equipamento, uma caminhonete preta encostou, e três homens desceram:

— Um deles me mandou baixar o drone e disse que não era mais recomendado que eu voltasse. No início, não entendi o que estava acontecendo, porque todos me conheciam, eu já realizava trabalho comunitário ali. Ele explicou: “Já fechamos com um candidato para este

ano”. Não retornei mais.

No mesmo dia, um áudio viralizou entre moradores da favela. “Vou deixar um esclarecimento para as pessoas que estão trazendo candidatos para dentro da comunidade. Podem dar varada! As pessoas que querem atrapalhar o trabalho que eu estou fazendo dentro da comunidade não vão se dar bem. Já temos o nosso candidato”, diz um homem, ainda não identificado pela polícia, na gravação.

Denúncias semelhantes se repetiram ao longo da campanha. Três candidatos diferentes contaram que, no fim de julho, precisaram retirar adesivos de vans que buscam cabos eleitorais nas periferias. A medida foi tomada a pedido dos funcionários, que vinham sendo ameaçados nos bairros

onde moravam. Uma militante que atua no Japiim, na Zona Sul, relatou que, ao longo de setembro, traficantes passaram a abordar os idosos em casa e mandar que apagassem das redes sociais fotos com referência a candidatos que não aceitaram acordos para fazer campanha na região.

A crise de violência urbana em Manaus veio a reboque de mudanças na cena criminal brasileira. Em 2016, as duas maiores facções do país — o CV e o Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo — romperam um pacto de não agressão de 30 anos e entraram em guerra pelas rotas de escoamento de drogas. Em meio à disputa, os pau-

Veto a prefeito. David Almeida (de chapéu) na Zona Leste de Manaus: ele contou já ter sido forçado a deixar uma comunidade



DIVULGAÇÃO

Saída imposta. Amom Mandel (à esquerda) na favela União da Vitória: instantes depois, o grupo do político foi expulso do local



FOTOS DE ALEXANDRE CASSIANO

internacional e virou um dos principais corredores de droga do país. A cocaína entra pelo rio e é transportada de barco até a capital do estado, alçada a entreposto logístico, de onde as cargas seguem viagem pelo Brasil e para o exterior. Com o passar dos anos, o CV consolidou seus tentáculos na região e, valendo-se de rachas internos na FDN, acabou por absorver quase todo o grupo.

Hoje, enquanto a facção amazonense praticamente sumiu, a quadrilha do Rio tornou-se hegemônica, em um predomínio que se expande pela região Norte. Um estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de novembro de 2023, mostra que um a cada quatro municípios da Amazônia Legal sofre com a ação do PCC ou do CV, que controla ou tem presença maciça em mais de 120 cidades da região.

Atualmente, mais de 80% das favelas e invasões de Manaus são dominadas pela facção do Rio, que mudou até a paisagem da cidade — pichações com as iniciais do grupo pululam aos montes por diversos bairros, inclusive no Centro Histórico. Espreado pelo território, o bando vale-se do período eleitoral para ampliar ainda mais sua influência: todos os locais citados na reportagem são redutos do CV.

— Na última década, o panorama da cena criminal de Manaus mudou muito. Houve aumento exponencial na circulação de fuzis nas ruas e expansão das áreas dominadas pelo tráfico. Hoje, barricadas fazem parte do cotidiano do morador, bem como blitzes do crime. Todos os bairros, inclusive os mais ricos, têm zonas vermelhas. Esse agravamento, obviamente, tem efeitos sobre o processo eleitoral e sobre a circulação de candidatos — reconhece o promotor Igor Starling, coordenador do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeo) do Ministério Público do Amazonas (MPAM).

O avanço das ocupações ilegais, segundo investigações da polícia e do MPAM, é fomentado pelo crime. Os traficantes planejam invasões, repartem a área em lotes e vendem. Em seguida, estipulam taxas para instalação de gatos de luz e internet clandestina nas casas. Por fim, os novos territórios anexados são usados pelas facções como moeda de troca em negociações com políticos em busca de votos.

— A terra é um ponto de atenção em Manaus. Há o problema social do déficit de moradia, terrenos que são áreas de proteção ambiental desmatados e a ação das facções, que lucram com a grilagem, a venda ilegal de lotes e a ampliação de áreas sob seu domínio — detalha o promotor Igor Starling. Procuradores, o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) e a Polícia Federal não se manifestaram sobre as denúncias de influência do tráfico no processo eleitoral.

res sob seu controle na Zona Leste. Por fim, estipulou um valor para o acordo: “Preciso de um ‘faz-me rir’, pede para eles adiantarem 40 (mil reais)”. Bilenos prometia ainda que, com o negócio fechado, organizaria caminhadas e carreatas nas comunidades. O traficante ganhou liberdade meses depois e, em julho de 2022, morreu em confronto com a PM em Manaus. Como o relatório foi produzido sem que a Justiça tivesse decretado a quebra de sigilo do celular, nenhum inquérito foi aberto para investigar o acordo.

As denúncias de influência do tráfico na campanha estão intimamente ligadas ao crescimento urbano desordenado de Manaus e à entrada das facções no negócio da grilagem de terras. Tanto as favelas citadas por Bilenos na conversa interceptada quanto o Coliseu, de onde o ativista e pré-candidato a vereador foi expulso, nasceram da ocupação ilegal de terrenos públicos — vários deles em zonas de preservação ambiental. As áreas invadidas se espalham por toda a cidade e aumentam ano a ano: em 2023, segundo a Defensoria Pública, havia 68 ocupações irregulares em Manaus, 54% a mais do que no ano anterior.

Em 2021, um estudo do MapBiomas, feito com base em imagens de satélite, mostrou que Manaus foi a capital brasileira com maior crescimento de áreas ocupadas por favelas em quase quatro décadas — um território equivalente a 10 mil campos de futebol. A pesquisa também apontou que, atualmente, 47% do território da cidade são compostos por comunidades que surgiram e cresceram sem planejamento. Se as invasões avançam, a floresta mingua: em dez anos, Manaus perdeu 29 km² de mata nativa, atesta o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

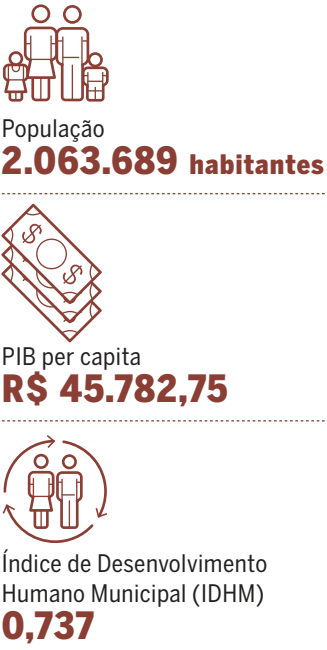
O avanço das ocupações ilegais, segundo investigações da polícia e do MPAM, é fomentado pelo crime. Os traficantes planejam invasões, repartem a área em lotes e vendem. Em seguida, estipulam taxas para instalação de gatos de luz e internet clandestina nas casas. Por fim, os novos territórios anexados são usados pelas facções como moeda de troca em negociações com políticos em busca de votos.

— A terra é um ponto de atenção em Manaus. Há o problema social do déficit de moradia, terrenos que são áreas de proteção ambiental desmatados e a ação das facções, que lucram com a grilagem, a venda ilegal de lotes e a ampliação de áreas sob seu domínio — detalha o promotor Igor Starling. Procuradores, o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) e a Polícia Federal não se manifestaram sobre as denúncias de influência do tráfico no processo eleitoral.

AMANHÃ, NO CAPÍTULO 2: APISTOLAGEM MATA E PEDE VOTO NO SERTÃO NORDESTINO

### MANAUS (AM)

A cidade é um importante entreposto da Rota do Solimões, um dos maiores corredores de drogas do país. Atualmente, o CV é a facção hegemônica na capital amazonense e no estado, que também têm áreas dominadas pelo PCC e por bandos locais menores. A chegada das quadrilhas do Sudeste à cena criminal do Norte é um fenômeno que se repete pela região, afetando também a política.



### A expansão rumo à floresta

Manaus cresceu em meio ao desmatamento e, hoje, mais de 50% dos domicílios ficam em comunidades



EVOLUÇÃO DA CIDADE

listas bloquearam o acesso dos rivais à chamada Rota Caipira, principal via de chegada ao Sudeste do entorpecente vindo do Paraguai. O CV, que até então não tinha atuação expressiva fora do

Rio, se viu obrigado a buscar novos corredores para transportar drogas e armas. Devido à proximidade com países produtores de cocaína, como Colômbia e Peru, a miríade de rios navegáveis e da fiscali-

zação deficiente, o Norte do país passou a ser considerado estratégico pela quadrilha.

De dentro de penitenciárias federais, a cúpula do CV fechou parceria com a Família do Norte (FDN), principal

facção do Amazonas à época, conseguindo acesso à Rota do Solimões, curso d'água que vai de Manaus até a triplice fonteira. Com a chegada dos cariocas, o trajeto aquaviário ganhou protagonismo no tráfico



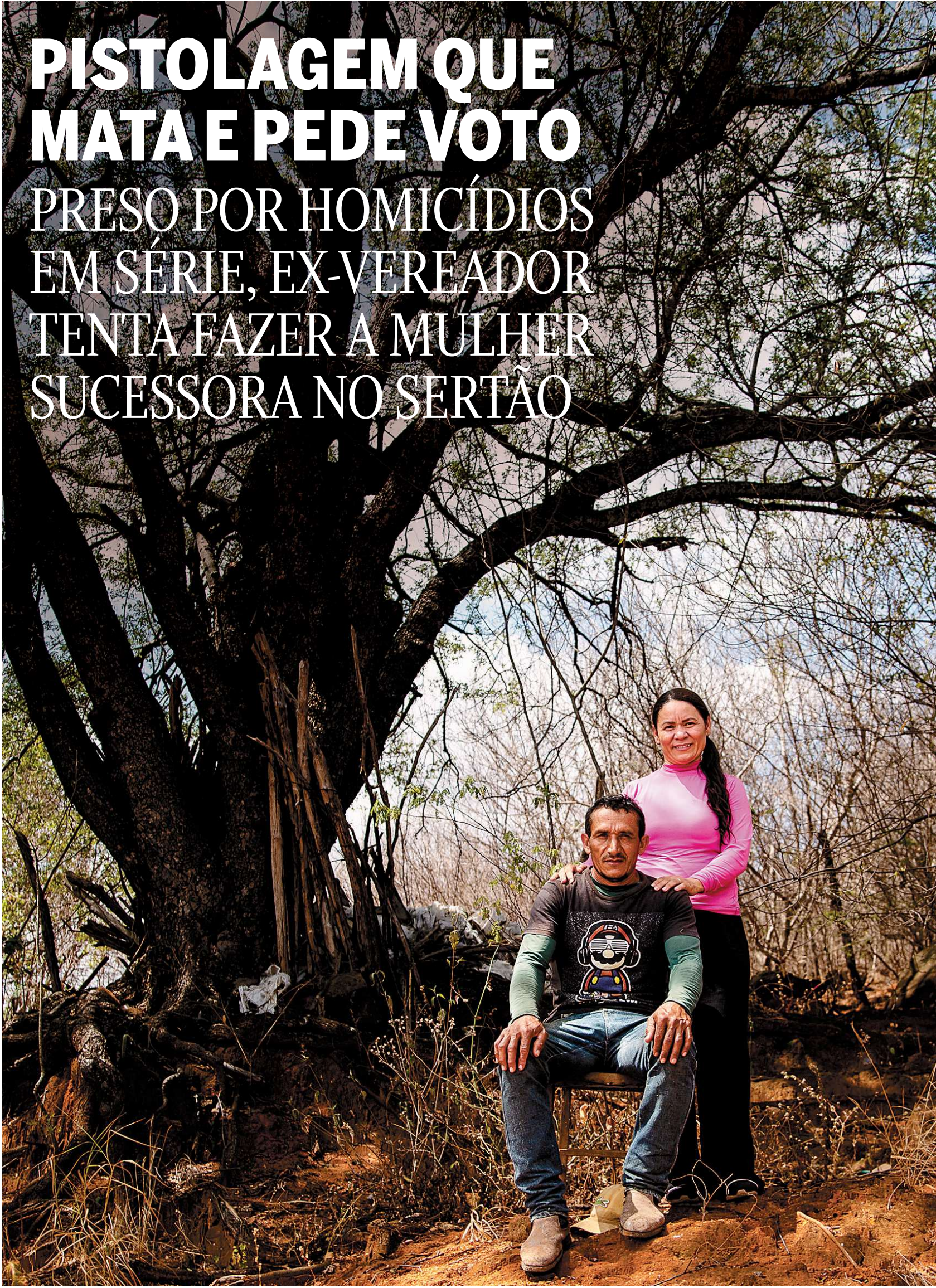
ELEIÇÕES 2024 O CRIME EM CAMPANHA



RAFAEL SOARES  
rafael.soares@extra.inf.br  
PRINCESA ISABEL (PB)

Na garupa de uma moto, Patrícia Pereira do Nascimento Andrade percorre as ruas de paralelepípedo de Princesa Isabel, no interior da Paraíba, atrás de votos. A assistente social, de 43 anos, conta com o trabalho que realiza na área da saúde, transportando pacientes de carro para consultas e cirurgias na capital João Pessoa, para obter uma vaga na Câmara Municipal pelo PSB. Em cada porta que bate, ela é festejada como uma celebridade local. “Não fosse por essa mulher, hoje eu não estaria enxergando”, revela o aposentado Antônio de Souza, de 72 anos, ao ver Patrícia, responsável por levá-lo ao médico que o curou de uma catarata, na tarde de 9 de setembro. No próximo quarteirão, novas juras: “Aqui em casa, ela já tem quatro votos”, promete Vanessa Bezerra, de 40 anos, que conheceu Patrícia em um projeto de ginástica.

A troca de gentilezas na campanha contrasta com a trajetória do principal cabo eleitoral da candidata. Ela é mulher e herdeira política de Rinaldo EufRASino de Andrade, ex-vereador do município condenado a dez anos e quatro meses de prisão sob a acusação de chefiar um grupo de extermínio que deixou um rastro de sangue ao longo da última década. No segundo capítulo da série especial sobre a influência do crime na política pelas cinco regiões do país, O GLOBO mostra como a pistolagem e a disputa por votos se misturam com frequência no sertão nordestino. — Passei vários anos com vergonha de andar na rua, ouvi que era “mulher de bandido”. Estou disputando a eleição porque prometi para mim mesma e para o meu marido que vamos voltar para a Câmara de cabeça erguida — justificou Patrícia ao GLOBO após as visitas aos eleitores.



FOTOS DE ALEXANDRE CASSIANO

# PISTOLAGEM QUE MATA E PEDE VOTO PRESO POR HOMICÍDIOS EM SÉRIE, EX-VEREADOR TENTA FAZER A MULHER SUCESSORA NO SERTÃO

## PRINCESA ISABEL (PB)

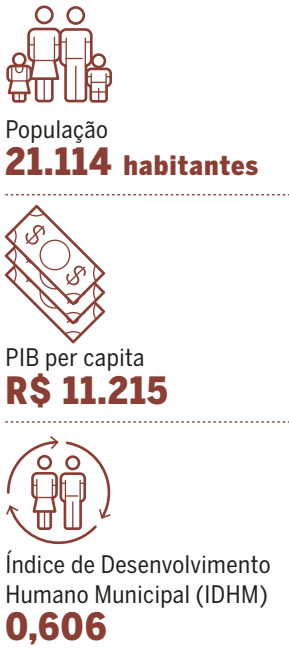
Herança do coronelismo, a atuação de grupos de extermínio ligados à política é uma marca do sertão nordestino, sobretudo na divisa entre Pernambuco e Paraíba. Na região, lideranças locais controlam quadrilhas de pistoleiros, promovem justicamentos e resolvem à bala rixas entre famílias e disputas eleitorais.

comendar o assassinato de dois colegas de Câmara, em relatos decisivos para a prisão e posterior condenação. Embora jure inocência, Rinaldo explica que não comparece aos eventos de campanha da mulher “para evitar problemas com a Justiça”. Mesmo ausente nas agendas, como na caminhada acompanhada pelo GLOBO, a figura do pistoleiro paira, literalmente, sobre a candidatura — na urna e nos adesivos espalhados pelas casas de Princesa Isabel, uma cidadezinha com pouco mais de 20 mil habitantes, a postulante se apre-

senta aos eleitores como Patrícia de Rinaldo do Gavião, apelido pelo qual o marido é conhecido, em referência a uma zona rural no município. Rinaldo era uma figura ascendente na política local quando foi alvo da Operação Manto da Justiça, da Polícia Civil da Paraíba, em janeiro de 2020. Três anos antes, o agricultor conseguiu assumir seu primeiro mandato como vereador por conta de um arranjo: com 464 votos — a maioria de moradores do Sítio Gavião, uma comunidade que abriga a propriedade onde Ri-

naldo criagado e planta milho —, ele só conseguiu uma das dez vagas na Câmara depois que outros dois eleitos de seu partido, o PSB, viraram secretários na prefeitura. A atuação parlamentar de Rinaldo ajuda a compreender por que é importante para o casal retomar uma cadeira no Legislativo municipal. Como vereador, ele se posicionava como representante da área rural, cobrando benesses como a abertura de estradas e a construção de postos de saúde nos povoados. Aos poucos, a fama de benfeitor extrapolou o Sítio Gavião, ampliando

a influência do político e a expectativa de blindagem por conta do cargo público — Patrícia também veste a capa de protetora da população e se diz “pronta, preparada e querendo lutar pelo povo”. Diante da popularidade crescente, a expectativa para 2020 era que Rinaldo virasse um dos campeões de voto na cidade — até que ele foi preso acusado de três assassinatos e duas tentativas de homicídio. Arquiteto da candidatura da mulher, o ex-vereador conta com a eleição de Patrícia para recuperar o prestígio.



**Casal nas urnas.** Candidatura de Patrícia foi arquitetada pelo marido, Rinaldo do Gavião, ex-vereador condenado a dez anos de prisão sob a acusação de chefiar grupo de extermínio: “Vamos voltar à Câmara juntos”

ENTREVISTA DE AOTF

## TRAJETÓRIA CONSTRUÍDA À BALA

**6 de junho de 2013**  
O empresário e agiota José Bernardino de Melo é executado em Tavares, cidade vizinha a Princesa Isabel



**6 de maio de 2014**  
O pistoleiro Ranieri Maia de Sousa sobrevive a atentado na zona rural de Princesa Isabel e acusa Rinaldo do Gavião pelo crime

**11 de fevereiro de 2015**  
Investigação sobre a morte de Ranieri leva a polícia à casa de Rinaldo, onde 17 munições são apreendidas



**17 de dezembro de 2019**  
Mais um pistoleiro, Jonas Galdino, o Peba, é vítima de atentado na cidade, mas sobrevive

**Novembro de 2020**  
Candidata a vereadora usando o nome do marido nas urnas, Patrícia, mulher de Rinaldo, não consegue se eleger

**2 de dezembro de 2023**  
Peba é vítima de novo atentado ao deixar a cadeia de Princesa Isabel. Ele consegue fugir, mas seu irmão acaba morto



**21 de agosto de 2013**  
Também agiota, Joaquim Antônio da Silva, o Joaquim das Passagens, é morto a tiros em Princesa Isabel



**30 de agosto de 2014**  
Ranieri é morto numa nova emboscada quando saía de Princesa Isabel pela rodovia PB-306



**Janeiro de 2017**  
Rinaldo do Gavião toma posse como vereador de Princesa Isabel



**17 de janeiro de 2020**  
Depoimentos de Peba e de outro ex-comparsa levam a polícia a prender Rinaldo, que acaba condenado a 10 anos de prisão



**Maio de 2023**  
Após três anos atrás das grades, Rinaldo passa a cumprir pena em regime domiciliar, com tornozeleira eletrônica, e retorna a Princesa Isabel

**Setembro de 2024**  
Com Rinaldo de volta à cidade, Patrícia é novamente candidata a vereadora sob a bênção do marido



EDITORIA DE ARTE



**Popular.** Com slogan feminista, adesivos de Patrícia aparecem até mesmo junto ao de candidata a prefeita de coligação rival



—O que era o meu sonho virou o sonho dela. Vamos voltar à Câmara juntos — avisa.

Fuendo político de José Pereira Lima, o “coronel” Zé Pereira, um dos mais influentes latifundiários do país no início do século XX, Princesa Isabel chegou a ser declarada independente do estado da Paraíba à época. Conhecido como arquirrival do bando do cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, Zé Pereira resolveu que a cidade não mais seria subordinada à autoridade do governador João Pessoa, seu inimigo político. De março a agosto de 1930, o Território Livre de Princesa, como foi nomeado, teve leis, hino, bandeira e até Exército próprios. Os confrontos entre os revoltosos e a Polícia Militar deixaram centenas de mortos.

O longo histórico de violência e disputas armadas faz com que o percurso de Rinaldo do Gavião esteja longe de configurar um caso isolado no sertão nordestino: denúncias sobre a conexão entre pistoleiros e a política são fartas na região. Em abril do ano passado, Aurélio França, o Nego Aurélio (PMDB), presidente da Câmara de Vereadores de Parnamirim, em Pernambuco, com assassinatos entre ambos os lados”.

preso sob suspeita de integrar uma rede de grupos de extermínio investigada por pelo menos oito homicídios. Diálogos interceptados pela Polícia Federal (PF) apontam para a participação direta de Aurélio em pelo menos um desses crimes: o assassinato de Josinaldo Braz da Silva, em dezembro de 2021.

A vítima havia sido detida pela morte de um PM, mas acabou liberada por não haver ordem de prisão em aberto. “Pensei que essa porra tinha mandado, mas não tinha. Se tiver mais de uma balacava, desenrola aí”, escreveu Aurélio, policial civil licenciado após assumir o mandato, a um comparsa. Horas depois, Josinaldo foi executado com 27 tiros na porta da delegacia.

Um dos alvos do bando também era vereador. Ednaldo Isidório Neto, o Zé Dida Gaia, eleito em Serra Talhada — cidade em Pernambuco onde nasceu Lampião, entre Parnamirim e Princesa Isabel —, foi morto em junho de 2022, enquanto abastecia o carro num posto. O político era integrante do Clã Gaia, uma família de elos históricos com a pistolagem. Segundo a PF, a motivação do crime seria vingança, dado os grandes ressentimentos entre o Clã Gaia e a associação miliciana, com assassinatos entre ambos os lados”.

Aurélio só ficou um mês preso. Quando foi libertado, o vereador comemorou com uma carreta pela cidade. Atualmente, ele tenta a reeleição. O GLOBO não conseguiu contato com sua defesa.

As primeiras suspeitas da atuação de Rinaldo do Gavião como pistoleiro remontam a maio de 2014, quando Ranieri Maia de Sousa, apontado como um dos integrantes de seu bando, foi vítima de uma emboscada. Ele sobreviveu e, em depoimento, acusou o chefe. “Há algum tempo, desconfio que Rinaldo quer me matar”, narrou. Em setembro, Ranieri foi, de fato, executado em novo atentado. A Polícia Civil apreendeu 17 munições calibre 12 na casa de Rinaldo, mas a investigação não avançou.

Só cinco anos depois, quando Rinaldo já era vereador, novas provas surgiram: no início de 2020, outros dois matadores procuraram a polícia para contar o que sabiam sobre a atuação do grupo de extermínio comandado pelo político. O primeiro foi Jonas Galdino da Silva Melo, o Peba, que indicou Rinaldo como mandante de mais um atentado: o que ele próprio havia sofrido um mês antes de desnuar as atividades do bando.

**Cenas de violência.** Placa cravejada de marcas de bala em estrada próxima a Princesa Isabel, no sertão nordestino

Na noite de 17 de dezembro de 2019, Peba estava em um bar da cidade quando foi atingido por três disparos feitos por um homem na garupa de uma moto em alta velocidade. O ataque foi descrito como uma tentativa de queima de arquivo, já que o pistoleiro sabia dos homicídios em que o comparsa estava envolvido. Galdino contou ainda que, dias antes, outro matador de aluguel o alertou de que Rinaldo oferecera R\$ 20 mil a quem topasse executá-lo.

No depoimento, Peba também citou outros três crimes encomendados por Rinaldo: os assassinatos de dois agiotas a quem ele devia dinheiro — José Bernardino Neto e Joaquim Antônio da Silva, executados a tiros em 2013 — e o homicídio de Ranieri, que estaria “sabendo demais”.

Apenas dois dias depois, outro matador de aluguel, Marcelo Mendes Pereira, o Bocão, também compareceu à delegacia, admitiu que trabalhava para Rinaldo, fechou um acordo de colaboração premiada e deu mais detalhes sobre os crimes do ex-chefe. Ele corroborou o relato de Peba sobre os homicídios dos agiotas — “ele mandava matar para não pagar suas dívidas” — e afirmou que, após ser contratado para cometer esses dois assassinatos, Ranieri virou alvo. Coube a Bocão, mediante o pagamento de R\$ 6 mil, a missão de silenciar o pistoleiro. Como a vítima sobreviveu, Rinaldo exigiu que o serviço fosse terminado dentro do hospital. “Não aceitei, não tinha cabimento”, frisou Marcelo à polícia.

Bocão descreveu o patrão como uma pessoa “fria”, “disimulada” e que se gabava, em conversas de bar, de ter “mandado alguns para o saco”. Também disse que temia ser “morto dentro da cadeia” a mando de Rinaldo, tamanha a influência do político.

O pistoleiro concluiu o relato afirmando que, meses antes, fora procurado pelo vereador, que ofereceu R\$ 15 mil pela morte de dois colegas de Câmara — os mesmos que, anos antes, participaram do acerto que possibilitou que ele assumisse o mandato. “O motivo era uma briga por política”, resumiu Bocão, que nega ter topado a proposta.

— Os depoimentos acabaram revelando a autoria de uma série de assassinatos que não haviam sido elucidados na última década. Alguns estavam até arquivados, sem autoria. A região tem uma história marcada pelo coronelismo e por disputas políticas resolvidas à bala. Essa realidade se perpetuou e tem reflexos até hoje no contexto político na região. O Rinaldo conseguiu espaço na política justamente por causa do medo que des-

perta nas pessoas — explica o delegado Cristiano Jacques, responsável pela investigação que culminou na prisão.

Após ser preso, Rinaldo do Gavião passou a responder a cinco processos diferentes por três homicídios consumados, dois tentados e posse ilegal de munição. Considerado perigoso, o vereador logo foi transferido para a Penitenciária de Segurança Máxima Doutor Romeu Gonçalves de Abrantes, em João Pessoa, a mais de 400 quilômetros de distância de Princesa Isabel. Todos os seus julgamentos foram realizados em comarcas vizinhas, por conta da “reconhecida influência do réu naquela região sertaneja” e também “pelo temor que ele impõe por seu envolvimento em crimes de homicídio”.

Rinaldo acabou condenado em dois processos. Pelo atentado contra Peba, foi sentenciado a nove anos e quatro meses de prisão, com um ano adicional pela posse de munição. Mas nem a prisão nem as condenações foram suficientes para tirá-lo do jogo eleitoral.

— Não queria entrar na política, não tinha esse sonho. Foi meu marido que me convenceu numa visita na prisão. Fizaram essa injustiça só para tirá-lo das eleições, mas não vão conseguir — diz Patrícia.

A assistente social se candidatou pela primeira vez em 2020. Nona mais votada, com desempenho superior ao do marido, ela só não ingressou na Câmara por conta do quociente eleitoral. Este ano, após o retorno de Rinaldo, projeções de seu partido indicam que Patrícia deve estar entre os primeiros cinco colocados. Adesivos colados nas fachadas das casas — uma tradição da cidade — atestam o favoritismo: há propagandas da assistente social até mesmo em residências que declaram voto no candidato a prefeito da coligação adversária.

A proximidade das eleições, no entanto, não interrompeu o banque-bangue. Em 2 de dezembro de 2023, Jonas Galdino, o ex-comparsa responsável pela denúncia que levou à condenação de Rinaldo, deixava a cadeia da cidade quando escapou de uma nova emboscada. Seu irmão, Alandjones Galdino da Silva, morreu no ataque a tiros de um motoqueiro. A polícia investiga se Rinaldo, que já estava de volta à cidade, participou do crime.

— Graças a Deus, botaram um tornozeleira no meu marido. Se não, com certeza diriam que era ele na moto — argumenta Patrícia.

**AMANHÃ, NO CAPÍTULO 3: NO SUDESTE, FAÇÕES LAVAM DINHEIRO COM PREFEITURAS**



ELEIÇÕES 2024 O CRIME EM CAMPANHA



RAFAEL SOARES  
rafael.soares@extra.inf.br  
ARRAIAL DO CABO (RJ)

O início da campanha de Marcos Antônio Ferreira do Nazareth, o Marquinho de Nicomedes (PV), não teve caminhada, corpo a corpo nem qualquer ato público. “Estou aqui hoje para convidar cada um de vocês a se juntarem a mim nesta jornada rumo a uma Arraial do Cabo melhor e mais justa para todos”, limitou-se a postar, em 17 de agosto, a conta em uma rede social do candidato a vereador na cidade turística da Região dos Lagos, no litoral fluminense. Na semana seguinte, nova mensagem aos eleitores pelo Instagram. “A voz do povo está chegando”, dizia o texto sobre uma foto do político sorrindo, com os braços cruzados. Grupos no WhatsApp também recebem atualizações quase diárias, nas quais ele pede, por exemplo um “voto de confiança” à população local. A ofensiva exclusivamente digital é motivada por razões alheias à disputa eleitoral: desde 18 de junho, o candidato está preso, acusado de desviar mais de R\$ 6 milhões em contratos fechados com a prefeitura.

O Ministério Público do Rio (MPRJ) afirma que o político abriu empreiteiras — uma delas, em nome de um “laranja” — que venceram, entre 2018 e 2020, concorrências públicas repletas de irregularidades para construir dois postos de saúde em Arraial do Cabo. O dinheiro foi depositado nas contas das empresas, mas as obras praticamente não saíram do papel até as irregularidades virem à tona, no início de 2021. Os prédios, que já deveriam estar atendendo a população àquela altura, só foram entregues na gestão seguinte.

Réu por diversos crimes em decorrência da fraude, Nazareth tem, no entanto, uma ficha criminal ainda mais longa: em 2008, ele foi condenado a 4 anos e 2 meses de prisão por integrar uma quadrilha que transportava cargas de maconha e cocaína de Mato Grosso do Sul até Arraial do Cabo. Três anos depois, recebeu uma pena de 5 anos e 6 meses após ser preso em flagrante na Rodoviária do Rio enquanto levava drogas, numa mochila, para a Região dos Lagos. No terceiro capítulo da série “O crime em campanha”, que destrincha a influência de quadrilhas na política pelas cinco regiões do país, O GLOBO mostra como facções do Sudeste usam estruturas públicas — abrindo empresas e vencendo licitações, muitas vezes direcionadas — para lavar dinheiro oriundo das atividades ilícitas.

Em depoimento prestado à Polícia Civil em 2020, ainda no início da investigação sobre o desvio de dinheiro público, Nazareth admitiu que atuou como matuto para facções — ou seja, negociava e transportava cargas de droga a partir da fronteira. Ele alegou, contudo, que largou o tráfico após o nascimento do filho, em 2011. Por sugestão de amigos políticos, narrou, passou a investir no ramo da construção.

O inquérito indica que o político abriu duas empresas: a M. A. F. do Nazareth Incorporação e Construção, em seu nome; e a Atlantic Construtora, em nome de Jerry Anderson de Araújo Silva, o Jerry da Coca-Cola, um auxiliar de serviços gerais que trabalhava na prefeitura, com salário de R\$ 1 mil. Para a Promotoria, Silva era um laranja, e as duas firmas foram criadas unicamente para dividir os contratos fechados com a prefeitura local — e, assim, dificultar a fiscalização.

Para garantir o direcionamento das licitações, o candidato pagava propinas a funcionários do município: a investigação conseguiu mapear transferências de uma de suas empresas, a Atlantic, para o então vice-prefeito, Sérgio Lopes de Oliveira Carvalho, três secretários e outros nove servidores. Atualmente, Nazareth, Jerry Silva, Sérgio Lopes e outras 16 pessoas são réus pelos crimes de organização criminosa, falsidade ideológica, peculato, corrupção ativa e passiva, ordenação de despesa não autorizada, falso testemunho e lavagem de dinheiro. Apenas Nazareth está preso. O GLOBO não conseguiu contato com os demais citados.

— As empresas do Marcos Nazareth só existem no papel. Não têm funcionários, não prestam os serviços, não têm clientes. A sede fica na casa dele. As duas firmas foram



Preso. Adesivo na casa de Marcos Antônio, que também era a sede da empresa que venceu as licitações suspeitas em Arraial; ao lado, campanha nas ruas em 2022, quando ele (à esquerda, de branco) tentou se eleger deputado

# O TRÁFICO INVADU A MÁQUINA PÚBLICA

## FACÇÕES BURLAM LICITAÇÕES E USAM CONTRATOS COM PREFEITURAS DO SUDESTE PARA LAVAR DINHEIRO



Atendimento prejudicado. Unidades de saúde em Arraial só saíram do papel depois que os contratos com a empresa de Marcos Antônio Ferreira do Nazareth, hoje candidato a vereador, foram canceladas

### ARRAIAL DO CABO (RJ)

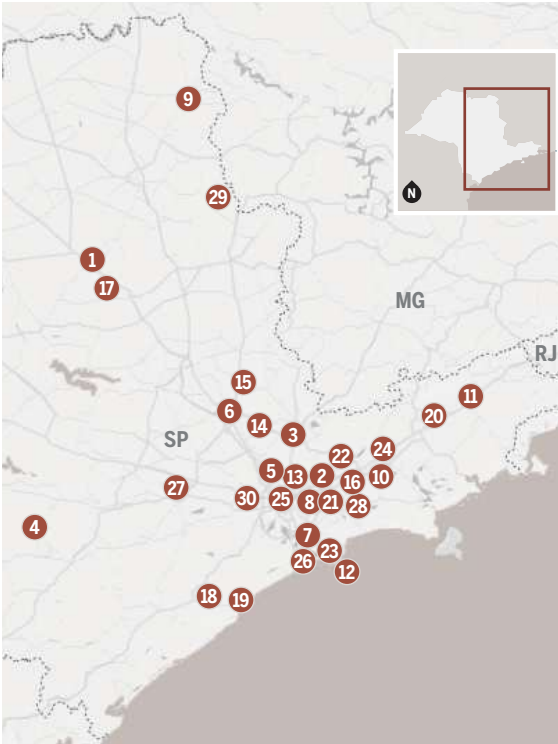
O Sudeste é berço das duas maiores facções do tráfico do país: o carioca CV e o paulistano PCC. Enquanto disputam territórios e rotas em outras regiões do Brasil, os dois grupos vêm espalhando negócios em seus estados de origem, embrenhando-se cada vez mais na estrutura pública ao abrir empresas que vencem licitações e usando contratos com prefeituras para lavar dinheiro do crime



### ACORDOS SOB SUSPEITA

Cidades paulistas com denúncias sobre contratos assinados com empresas ligadas ao PCC

- |                         |                         |
|-------------------------|-------------------------|
| 1 Araraquara            | 16 Mogi das Cruzes      |
| 2 Arujá                 | 17 Nazaré Paulista      |
| 3 Atibaia               | 18 Pedro de Toledo      |
| 4 Buri                  | 19 Peruibe              |
| 5 Caieiras              | 20 Pindamonhangaba      |
| 6 Campinas              | 21 Poá                  |
| 7 Cubatão               | 22 Santa Isabel         |
| 8 Ferraz de Vasconcelos | 23 Santos               |
| 9 Franca                | 24 São José dos Campos  |
| 10 Guararema            | 25 São Paulo            |
| 11 Guaratinguetá        | 26 São Vicente          |
| 12 Guarujá              | 27 Sorocaba             |
| 13 Guarulhos            | 28 Suzano               |
| 14 Itatiba              | 29 Cássia dos Coqueiros |
| 15 Jaguariúna           | 30 Itapevi              |



EDITORIA DE ARTE

abertas exclusivamente para fechar contratos com o Poder Municipal e, assim, lavar dinheiro obtido com o crime. O Marcos ainda tem vínculos com o tráfico, o curral eleitoral dele está justamente nas áreas dominadas pelo Comando Vermelho (CV). Nessas regiões, só candidatos apoiados por eles conseguem entrar — afirma a promotora Tatiana Kaziris, responsável pela investigação que levou o candidato à cadeia.

Não é a primeira vez que uma investigação revela a infiltração do tráfico na prefeitura de Arraial do Cabo. Em 2014, a Polícia Federal (PF) prendeu Francisco Eduardo Freire Barbosa, o Chico da Ecatut, então presidente da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Turismo (Ecatut), autarquia responsável pelo serviço de limpeza das ruas da cidade. A investigação concluiu que Chico usava a estrutura do órgão público para lavar o dinheiro da quadrilha de seu filho, Carlos Eduardo Rocha Freire Barbosa, o Cadu Playboy, chefe do tráfico da região e também integrante do CV.

A ocultação do dinheiro se dava, segundo a PF, a partir da contratação de funcionários fantasmas e de desvios oriundos de licitações fraudulentas. “As ações criminosas foram perniciosas no sentido de fundir o poder político com o poder do narcotráfico e de manter desvios de recursos públicos”, escreveu o juiz Márcio da Costa Dantas ao condenar Chico da Ecatut, em 2017. Sentenciado a 11 anos e 9 meses de prisão, ele conseguiu o livramento condicional da pena e foi libertado em março do ano passado.

O modelo de negócios do CV em Arraial do Cabo também se alastrou por São Paulo, onde o Primeiro Comando da Capital (PCC) passou

a injetar dinheiro do crime numa miríade de empresas que participam de licitações junto a prefeituras de todo o estado. Enquanto embrenham-se por disputas violentas em diferentes partes do país, as duas maiores facções brasileiras, de tão hegemônicas em seus próprios redutos, esticaram seus tentáculos até abraçar a estrutura do poder público, tornando-se prestadores de serviços dos mais diversos tipos, todos essenciais aos cidadãos.

De acordo com investigações do MP e da polícia paulista, depois que as firmas vinculadas ao tráfico vencem as concorrências, o lucro obtido com os contratos é devolvido, já limpo, para a facção, que o reinveste nas práticas delituosas. O esquema também conta com a cooptação de políticos e funcionários públicos, que atuam para direcionar as licitações a empresários ligados ao grupo.

Levantamento inédito do GLOBO em processos judiciais e diários oficiais revela que pelo menos 30 municípios de São Paulo têm ou tiveram, ao longo dos últimos dez anos, contratos com empresas investigadas por ele com o PCC. As firmas controlam linhas de ônibus, serviços de limpeza urbana e até hospitais.

— Ao longo da trajetória do PCC, houve uma acumulação inicial de capital nos mercados ilegais, que passou a ser reinvestido nos mercados legais. A organização, que nasceu com o objetivo de promover a autodefesa de presos, passou por uma mudança e virou um coletivo de empreendedores autônomos. Em algum momento, esses empresários do crime precisam do Estado, como fundo, para fazer esse dinheiro circular. O objetivo do PCC não é tomar o Estado, mas permitir que seus membros prosperem e se ajudem a prosperar — analisa o sociólogo Gabriel

Feltran, autor do livro “Irmãos: uma história do PCC”.

Na capital, dirigentes das empresas de ônibus Transwólf e UPBus, que operam linhas nas zonas Sul e Leste e transportam cerca de 15 milhões de passageiros por mês, foram presos e denunciados à Justiça em abril passado por suspeita de vínculos com o PCC. Segundo a investigação do MP, o controlador da UPBus era Silvio Luiz Ferreira, o Cebola, foragido há mais de uma década e integrante da cúpula da facção. Só em 2023, as duas empresas receberam mais de R\$ 800 milhões da prefeitura de São Paulo. O caso vem sendo repetidamente lembrado na campanha por adversários de Ricardo Nunes (MDB), que disputa a reeleição — ele nega participação nas irregularidades.

Em Arujá, no Alto Tietê, a prefeitura pagou mais de R\$ 70 milhões a empresas ligadas ao PCC por serviços como coleta de lixo e administração de hospitais e clínicas entre 2016 e 2020. Uma investigação da Polícia Civil revelou que o traficante Anderson Lacerda Pereira, o Gordo, ameaçou e corrompeu políticos e funcionários municipais para direcionar licitações às suas firmas, registradas em nome de laranjas. Já a rede de empresas em nome do cantor de pagode e empresário Wagner Borges Dias, apontado pelo MPSP como operador do PCC, venceu licitações e assinou contratos com órgãos públicos em mais de 20 cidades paulistas. Ele ainda é acusado de corromper parlamentares para burlar as concorrências. “Vê se consegue agilizar pra mim. Eu tenho que comprar o termo pra posse”, escreveu a Dias o ex-vereador Ricardo Queixão (PSD), então presidente da Câmara Municipal de Cubatão, em dezembro de 2020. Segundo os promotores, o político queria que o



Megaoperação. Fiscal da Receita em garagem de empresa de ônibus em abril: grupo é acusado de vínculo com facção



Operador do PCC. Wagner Dias: ilegalidades em 20 cidades



‘Comprar termo’. Ex-vereador Ricardo Queixão pediu propina

empresário “agilizasse” o pagamento da propina.

Os laços com o tráfico de Marcos Antônio Nazareth, que disputa as eleições por detrás das grades em Arraial do Cabo, remontam há quase duas décadas. Em 2005, aos 23 anos, ele foi um dos alvos da Operação Atalaia, da PF, que desbaratou uma quadrilha que trazia entorpecentes do Paraguai até a Região dos Lagos em carros de passeio. A investigação resultou na apreensão de mais de 100 quilos de drogas e apontou que o futuro político comprava parte da carga e levava para Arraial do Cabo, revendendo em favélas da região. O chefe do bando era Cristiano de Sá Silva, o Abelha, apontado à época como braço direito do traficante Luiz Fernando da Costa, o Ferdandinho Beira-Mar, um dos maiores fornecedores de drogas do Rio, associado ao CV.

Beneficiado por uma decisão judicial, Nazareth logo deixou a cadeia, mas não tardou a retornar. Em julho de 2007, policiais que faziam patrulhamento na Rodoviária Novo Rio suspeitaram da atitude de Gabriela de Lima Teixeira, que acompanhava Marcos Antônio, e pediram para revistar sua mochila — no interior, havia 5 quilos de maconha e 500 gramas de cocaína. Nazareth até tentou convencer os agentes de que não conhecia a mulher, que começou a chorar. “Pô, Marquinho, vai me deixar sozinha nessa?”, disse ela, segundo os PMs. Mais tarde, Gabriela ainda contaria que a mochila era do companheiro de viagem, que não sabia o que havia dentro e que só estava segurando o item enquanto ele comprava as passagens.

Mesmo negando laços com o tráfico atualmente, o candidato a vereador admitiu à polícia que se beneficia da boa relação com bandidos em período

dos eleitorais: o próprio político revelou que “passou a ter livre entrada” em áreas da cidade dominadas pela facção porque “conheceu as maiores lideranças do Comando Vermelho” no período em que esteve preso e “conseguiu ser respeitado entre os criminosos”. Já o relatório final da investigação sobre os desvios aponta que o político “usou o dinheiro conseguido com os anos no tráfico de drogas para ‘investir’ no ramo da construção, o que indicava lavagem de dinheiro oriundo do tráfico com a criação da empresa”.

Em cartas escritas a seus eleitores dentro da cadeia, o candidato afirma que é um “preso político” e que “está sofrendo perseguição por falar a verdade” — uma referência a vídeos publicados em suas redes em que faz denúncias sobre a atual gestão da prefeitura. “Estou preso, sim, mas não estou morto. Vou registrar minha candidatura e tomarei posse no dia 1º de janeiro. Não desistam. Venho aqui pedir o apoio de todos os meus amigos à minha candidatura, são nas horas mais difíceis que precisamos dos amigos”, disse, em um texto enviado nos grupos que mantém no WhatsApp.

Em nota, seus advogados, Wellington Corrêa e Marco Aurélio Torres Santos, alegam que, “no curso do processo, ficará demonstrado que Marcos Antônio é inocente e que a ação penal foi instaurada com base em elementos inverídicos trazidos por opositores políticos”. No último dia 16, o Tribunal de Justiça do Rio (TRE-RJ) impugnou a candidatura de Nazareth sob o argumento de que, por conta de sua condenação por tráfico de drogas em 2011, ele ainda está inelegível. Como o candidato recorre da decisão, seu nome estará nas urnas e ele poderá ser votado normalmente.

AMANHÃ, NO CAPÍTULO 4: NO SUL, FACÇÕES REGIONAIS SE INFILTRAM NA POLÍTICA



ELEIÇÕES 2024 O CRIME EM CAMPANHA

# QUANDO O DOMÍNIO LOCAL VIRA VOTO

## NO SUL, QUADRILHAS REGIONAIS SE VALEM DAS RAÍZES FORTES PARA SE INFILTRAR NA POLÍTICA



FOTOS DE DIVULGAÇÃO

**Presidente da Câmara.**  
Fernandinho Lourenço foi condenado por lavar dinheiro para a facção gaúcha Os Manos; na casa do vereador, polícia achou dinheiro em espécie e até arma escondida sob o colchão



RAFAEL SOARES  
rafael.soares@extra.inf.br

Acusações criminais não costumam abalar o prestígio de Emerson Fernando Lourenço, o Fernandinho Lourenço (Solidariedade). Em 2017, ele assumiu seu primeiro mandato como vereador em Novo Hamburgo, no Vale dos Sinos (RS). Antes de completar um ano no cargo, foi preso em flagrante após a polícia encontrar em sua casa um revólver escondido num compartimento secreto sob o colchão. Não era a primeira experiência dele atrás das grades: entre 2004 e 2006, antes mesmo de entrar na política, ele já havia sido preso, em duas ocasiões diferentes, portando armas ilegalmente. Apesar do histórico, o vereador obteve liberdade, retomou o exercício do mandato e, em 2020, se candidatou à reeleição.

A pouco mais de um mês do pleito, porém, Lourenço virou réu na Justiça por outro crime: segundo o Ministério Público gaúcho (MPRS), o vereador lavava dinheiro para a maior facção do estado, Os Manos. A complicação jurídica não repercutiu nas urnas: ele viu a base eleitoral aumentar e foi reeleito com a segunda maior votação do município. No ano passado, em mais um degrau da ascensão política, Lourenço era presidente da Câmara quando acabou condenado a 16 anos de reclusão no mesmo processo. Hoje, o vereador recorre em liberdade enquanto concorre ao terceiro mandato consecutivo.

A dinâmica que ajuda a explicar a trajetória de Lourenço em Novo Hamburgo não é um caso isolado. No quarto capítulo da série “O crime em campanha”, que destrincha a influência de quadrilhas nas eleições pelas cinco regiões do país, o GLOBO mostra como, sem a presença maciça das principais facções do país, são bandos lo-



cais que, se valendo das raízes fincadas em cada território, entranham-se na política em cidades do Sul.

Investigação que levou Lourenço à cadeia seguiu o dinheiro de Juliana Biron da Silva, um dos chefes dos Manos. Ele ganhou as manchetes gaúchas em 2015, quando emboscou, espancou e matou a tiros o fotógrafo José Gustavo Gargioni, que havia marcado um encontro com a namorada do traficante. A partir da quebra do sigilo bancário do criminoso, vieram à tona transações entre ele e o parlamentar.

— O Biron comprou uma mansão de R\$ 1,2 milhão em um condomínio de luxo na Região Metropolitana de Porto Alegre. Como parte do pagamento, ele usou uma casa que o vereador tinha no litoral gaúcho. Os laços entre os dois ficaram evidentes — afirma o delegado Márcio Zachello, responsável pelo inquérito.

Outro personagem-chave

desvelado pela investigação foi um dos aliados mais próximos de Lourenço, Pedro Arenhardt, o Peu. Para a polícia, ele atuava como elo de ligação entre Biron e o vereador, realizando transações financeiras com ambos e mantendo uma empresa que, mesmo fechada, movimentava quantias vultuosas. Indicado por Lourenço, Peu ocupou um cargo comissionado na Secretaria municipal de Obras. Ambos foram condenados, em primeira instância, pelos crimes de organização criminosa e lavagem de dinheiro.

O MP eleitoral chegou a pedir a cassação de Lourenço por uso do dinheiro do tráfico na campanha de 2020. Os promotores descreveram uma carreata com participação de “indivíduos com altos níveis de hierarquia na facção Os Manos apoiando diretamente o candidato, utilizando de sua influência e se mostrando ostensivamente à comunidade”. Absolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS) em 2023, ele manteve o mandato.

Neste mês, Lourenço teve a candidatura impugnada pelo juiz eleitoral Carlos Fernando Noschang Júnior devido à condenação referente à arma achada sob seu colchão. Como ele recorre da decisão, o nome do postulante à reeleição estará nas urnas.

— Desde o início dos anos 2000, já havia rumores sobre o envolvimento do Fernando Lourenço com a facção. Mas investigá-lo sempre foi difícil: as pessoas têm medo dele, nenhuma testemunha quer falar. Com o tempo, ele saiu da linha de frente e passou a atuar nos bastidores e conseguiu se infiltrar no poder — completa Zachello.

A defesa de Lourenço classifica a acusação contra o vereador como “um absurdo completo”. A nota assinada pelos advogados Alberto Becker, Davi Válter dos Santos e Sílvia Regina Becker Pinto sustenta não existir provas de “mínimo

envolvimento” do cliente com “organização criminosa”. Sobre a impugnação da candidatura, a defesa alega haver “perseguição pessoal”.

Novo Hamburgo é uma espécie de Quartel General dos Manos no RS. Criada nos anos 90 no Presídio Central de Porto Alegre, a quadrilha fez o Vale dos Sinos de base e passou a controlar a venda de drogas em áreas pobres da região. É o caso do bairro Canudos, principal reduto eleitoral de Fernandinho Lourenço — que já presidiu até o time de futebol local, o Atlético Clube Veterano.

Apesar de ser a mais antiga facção gaúcha e de atuar no tráfico internacional, trazendo droga do Paraguai, Os Manos não conseguiram estabelecer um monopólio regional: a cena criminal do Rio

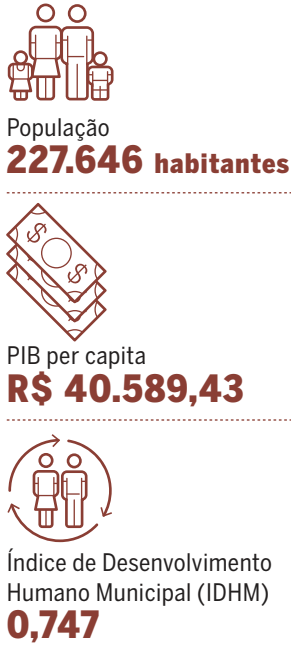


REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

**Bala na Cara.**  
Vereador em Cachoeirinha, também no Rio Grande do Sul, Juca Soares foi preso oito meses após a posse sob a acusação de que facção bancou sua campanha

### NOVO HAMBURGO (RS)

Fora do foco prioritário das facções do Rio e de SP, o Sul convive, sobretudo no território gaúcho — o único do país sem a presença de CV ou PCC —, com um cenário mais pulverizado, repleto de quadrilhas com bases bem definidas. Os bandos se valem dessa força hiperlocal para perpetuar o domínio nas áreas onde atuam e também para ampliar a influência sobre a política municipal



EDITORIA DE ARTE

Grande do Sul — único estado sem representação dos paulistas do Primeiro Comando da Capital (PCC) e dos cariocas do Comando Vermelho (CV), segundo a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) — se caracteriza pela profusão de gangues com bases bem definidas. É justamente essa força hiperlocal que alimenta a entrada dos grupos no poder municipal.

— Ao contrário das outras regiões, o Sul não replicou a polarização entre CV e PCC. A rota interna é relativamente longe de países produtores e não tão atrativa ao tráfico internacional. Tampouco há a tradição de enviar presos ao sistema federal, o que evitou por muitos anos o contato com detentos do Sudeste. Assim, o cenário ficou restrito a duas facções com relevância regional, Os Manos e Bala na Cara, e várias pequenas gangues locais — explica a socióloga Marcelli Cipriani, autora do livro “Os coletivos criminais de Porto Alegre”.

O perfil de atuação política das facções gaúchas culminou, em 2022, na cassação de um vereador em Cachoeirinha, na Região Metropolitana de Porto Alegre. José Francisco Soares da Silva, o Juca Soares, eleito dois anos antes, foi preso oito meses após tomar posse, sob acusação de ter tido a campanha financiada pela Bala na Cara. A investigação revelou que o projeto eleitoral de Juca foi coordenado por seu irmão, Tiago Soares da Silva, o Pequeno, chefe do tráfico na cidade.

Aquebra de sigilo do celular de Pequeno, apreendido pela Polícia Civil, revelou que o traficante “interferia diretamente na campanha, além de cobrar a distribuição de cargos no Poder Executivo em troca do apoio do vereador”, como consta na decisão que determinou a prisão do parlamentar. O inquérito também aponta que Soares, antes de entrar na política, era dono de uma oficina usada pela facção para clonar carros.

Ao ser preso, o vereador jogou seu celular sobre o muro, no terreno de um vizinho. A polícia jamais conseguiu acessar os dados do aparelho. Solto por decisão da Justiça, o agora ex-vereador atua, neste pleito, como cabo eleitoral de outro candidato à Câmara, Tiago Eli (Progressistas). O GLOBO não conseguiu contato com a defesa de Soares.

Em Bagé, no sul do estado, as polícias Civil e Federal fizeram uma operação, na semana passada, contra uma facção local acusada de interferir na eleição. A gangue — uma dissidência de outro grupo, Os Tauras, que atua no extremo sul do país — é suspeita de interromper a tiros o comício do candidato a prefeito Luiz Fernando Mainardi (PT) no último dia 15, quando um homem invadiu o evento, disparou contra o público e fugiu. Ninguém ficou ferido. O atirador, Éric Luís Dantas, teria sido executado pela facção após a repercussão do caso.

**AMANHÃ, NO CAPÍTULO FINAL: TRÁFICO DOMINA A ECONOMIA E A ELEIÇÃO NO CENTRO-OESTE**



ELEIÇÕES 2024 O CRIME EM CAMPANHA



Política à bala. A sede da Câmara Municipal de Rio Branco, no Mato Grosso, próximo à fronteira com a Bolívia: enquanto presidia a Casa, Jeozafá Moraes de Castro morreu em confronto com a polícia

O GLOBO PLUS

RAFAEL SOARES  
rafael.soares@extra.inf.br  
RIO BRANCO (MT)

Comboio saiu de Cáceres, no Mato Grosso, de madrugada. Em uma dezena de viaturas, 50 policiais percorreram 120km até chegar à vizinha Rio Branco ao nascer do sol. O objetivo era cumprir 12 mandados de prisão contra uma célula local do Comando Vermelho (CV), facção hegemônica no estado. Após entrar na cidadezinha de 5 mil habitantes, próxima à fronteira com a Bolívia, os agentes se dividiram, e uma das equipes seguiu até um imóvel imponente. “Abre! Polícia!”, anunciou o delegado Marcelo Menezes pouco antes de uma rajada de tiros cruzar a porta. Duas balas pararam no colete, e uma terceira perfurou seu intestino. Diante do ataque, PMs na retaguarda invadiram a residência, revidaram e mataram o atirador. Não se tratava de um fora da lei, mas sim de um homem público: Jeozafá Moraes de Castro (PSDB), vereador e presidente da Câmara Municipal da cidade. Socorrido de helicóptero, Menezes sobreviveu.

As provas que levaram a polícia à porta da casa do político foram extraídas do celular do traficante Fernando de Jesus Abreu, o Baiano. Integrante do CV, ele havia sido executado um mês antes por rivais do Primeiro Comando da Capital (PCC) que tentavam se estabelecer na região, cobiçada por integrar uma rota de escoamento de cocaína da Bolívia. Horas depois da morte, Jhonny Késsio Moura, o chefe local do CV, tentava encontrar o revólver da facção que Baiano portava antes que a polícia o fizesse e, por isso, enviou uma mensagem ao celular do comparsa, que estava em posse de seus parentes.

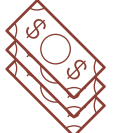
“O ferro vai estar na casa da minha sogra, mande alguém pegar lá”, respondeu a viúva. “Meu vereador vai chegar aí. Atende ele, beleza?”, respondeu o traficante. Em seguida, Jeozafá fez várias ligações para o número, sem sucesso: a polícia chegou primeiro à casa da família de Baiano e apreendeu tanto o telefone

RIO BRANCO (MT)

O Centro-Oeste ultrapassou o Sudeste e se tornou primeiro colocado no volume de apreensões de cocaína, virando a principal rota de escoamento da droga no país. A facção hegemônica na região é o CV, com focos de disputa contra células do PCC, sobretudo na faixa de fronteira com a Bolívia. Várias operações recentes mostraram como a posição estratégica para o tráfico acaba afetando a política local



População  
**4.535 habitantes**



PIB per capita  
**R\$ 20.830,42**



Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)  
**0,707**

EDITORIA DE ARTE

quanto a arma —que motivariam, dali um mês, a decretação da prisão do vereador.

No quinto e último capítulo da série “O crime em campanha”, que destrinchou a interfeirência de quadrilhas na política pelo país, o GLOBO mostra como o tráfico expandiu sua atuação no Centro-Oeste, transformando a região na principal rota da cocaína no país, superando o Sudeste. As quadrilhas irrigam a economia local, sobretudo perto da fronteira, e se valem da influência crescente para ampliar sua influência e até mesmo eleger candidatos, tal qual ocorreu com Jeozafá.

Em 2023, segundo dados da Polícia Federal (PF) compilados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foram apreendidas 23,6 toneladas de cocaína no Centro-Oeste, que ultrapassou o Sudeste no volume de apreensões pela primeira vez na série histórica. No ano passado, o Mato Grosso, sozinho, registrou quantidade maior de droga retirada das ruas (14,1 toneladas) do que todo o Norte.

Especialistas creditam a nova geopolítica do crime a duas razões principais: a nacionali-

zação das duas maiores facções brasileiras, CV e PCC, que passaram a disputar territórios após romperem em 2016 e reforçaram a presença no Centro-Oeste; e a intensificação do fluxo de cocaína do Norte rumo ao Sudeste, resultado do maior protagonismo da Rota do Solimões, que leva droga do Peru e da Colômbia até Manaus pela via fluvial.

—O tráfico faz parte da economia da região, principalmente na faixa de fronteira, e irriga uma série de atividades legais e ilegais. O dinheiro do crime circula em postos de gasolina, academias, comércios, e financia também campanhas eleitorais —diz o sociólogo Naldson Ramos, fundador do Núcleo Interinstitucional de Estudos da Violência e Cidadania da Universidade Federal do Mato Grosso.

Natural de Cuiabá, Jeozafá Castro chegou a Rio Branco no início dos anos 2000 como gerente de uma rede de lojas de móveis e eletrodomésticos. O comércio logo virou referência para compra ilegal de armas transportadas por Cas-

tro nas caminhonetes do estabelecimento. Como à época não havia facções na região, policiais mais antigos apontam o futuro vereador como um pioneiro: foi pelas mãos dele, contam, que integrantes mais jovens — como aquele que viraria o chefe do bando, Jhony Késsio — foram cooptados, se armaram e formaram a célula do CV no município.

Em paralelo à ligação com o crime, Castro promovia uma imagem de “bom cristão”: líder do grupo de jovens da Igreja Batista de Rio Branco, organizava ações entre os fiéis, como distribuição de cestas básicas e transporte de doentes a hospitais — perfil assistencialista que o levaria, anos depois, à política. Em 2012, ele virou secretário de Administração da prefeitura e, a partir de 2016, foi eleito para dois mandatos consecutivos como vereador, até chegar à presidência da Câmara em 2023. Nas redes sociais, ele fazia postagens elogiando a PM e defendendo o direito de civis comprarem armas.

—O Jeozafá usava a política para autopromoção e, ao mesmo tempo, tinha a seu dispor a estrutura do Estado, que ele

utilizava a favor da facção. Depois de assumir o mandato, passou a usar viaturas da Câmara e até ambulâncias para trazer armas e drogas à cidade — conta a policial civil Maria Celene Alves, que trabalha na delegacia de Rio Branco e, como vereadora, foi colega de Castro na Câmara.

O relatório da investigação que culminou na morte de Castro também aponta que ele fazia “uso irregular dos veículos oficiais da Câmara Municipal, inclusive com suspeita de transportar materiais ilícitos, evitando a fiscalização dos órgãos de segurança”.

As denúncias contra Castro cresceram a partir das eleições de 2020. Uma delas, recebida por agentes de plantão na delegacia no dia do pleito, expôs a atuação da facção na campanha: moradores contaram que Jhony Késsio estava pagando R\$ 150 para quem se filmasse votando no vereador. Os policiais não conseguiram confirmar o relato.

No ano seguinte, quando chegava a Rio Branco, Castro foi surpreendido por um bloqueio da PM, que averiguava denúncia sobre um veículo com uma carga de cocaína. O vereador acelerou e furou a blitz. Após despistar os policiais que o perseguiam, ele abandonou o automóvel e fugiu a pé. Mais tarde, agentes acharam 50g de pasta base da droga jogados no mato, mas Castro não chegou a responder pelo porte do material.

Após mais de uma década investigando o traficante que virou vereador, a polícia só conseguiu provas concretas contra ele no inquérito que culminou em sua morte.

Além do conteúdo no celular de Baiano, a polícia apreendeu, na casa do político, uma pistola croata com numeração raspada — usada para atirar no delegado —, uma carabina e munição farta.

Passado mais de um ano do episódio, não há consenso sobre o motivo de Castro ter reagido de forma violenta à abordagem, sobretudo com a mulher e dois filhos menores de idade na casa. Uma das suspeitas é que o vereador teria confundido os policiais com traficantes do PCC. Usar uniformes é prática corriqueira do bando no contexto da guerra contra o CV: dias antes, bandidos invadiram uma fazenda perto de Rio Branco para executar um desafeto vestidos como agentes da lei. Já entre correligionários do vereador, a versão mais comum é a de que ele preferia ser morto à vergonha de acabar preso diante dos filhos.

Na primeira sessão na Câmara após a operação, colegas prestaram tributo a Castro. “Um minuto de silêncio, gostaria que todos ficassem de pé em homenagem ao nosso amigo Jeozafá”, anunciou Edson Gonçalves Mendes, o Edinho da Ambulância, que o sucedeu na presidência. Na campanha deste ano, não há menções ao caso: nem oposição nem situação lembram os laços de Castro com o tráfico. O único candidato abordado pelo GLOBO que concordou em falar publicamente sobre o vereador foi o prefeito Luiz Carlos (União Brasil), que não poupou elogios.

—Ele era atencioso, atuante e preocupado com a população. Não tinha inimigos na política, transitava por todos os grupos. Sua morte deixou a cidade sensibilizada — lamentou Luiz Carlos, que tentava manter no posto.

Procurada, a viúva de Castro não quis dar entrevista.

A influência do tráfico na política de Mato Grosso foi evidenciada por várias operações recentes, que miraram alvos que atuam em áreas próximas da fronteira ou em cidades nas rotas de passagem da droga. Em 2022, a PF prendeu Nilton Borgato, ex-secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, sob a acusação de integrar uma quadrilha de traficantes internacionais.

Nilton é marido de Gheysa Borgato (PSD), prefeita de Glória D'Oeste, cargo que ele próprio já ocupou de 2009 a 2016. No dia da prisão, a PF apreendeu 336 diamantes na residência do casal na cidade, localizada a pouco mais de 70km de Rio Branco, ainda mais perto da Bolívia. Atualmente, Gheysa tenta a reeleição, e Nilton responde ao processo em liberdade.

Já em Barra do Garça, no Leste do estado — um corredor de drogas que saem do Norte para o Sudeste —, outro inquérito da PF revelou que, em 2020, o CV patrocinou uma candidatura a vereador. Segundo a investigação, Flávio Braga da Silva, o Hulk, foi escolhido por membros da facção, por enquetes em grupos de WhatsApp, como o representante do grupo que tentaria a vaga na Câmara.

Se Braga vencesse, o acordo era que nomeasse comparsas em cargos comissionados no município. Hoje, ele responde, em liberdade, pelos crimes de organização criminosa e lavagem de dinheiro e não se candidatou novamente. O GLOBO não conseguiu contato com Hulk e Borgato.



‘Meu vereador’. Jeozafá era acusado de ligação com o CV; acima, a pistola croata usada para atirar em delegado